



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília – 2014



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 127 e 129/2013, da Portaria-TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU nº 133/2013.

Brasília – 2014

SUMÁRIO

SEÇÃO I	6
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
SEÇÃO II	7
INTRODUÇÃO	7
SEÇÃO III	8
DESENVOLVIMENTO	8
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA	8
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	22
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	51
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	55
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	70
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	79
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	82
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	86
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	89
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	95
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	97
SEÇÃO IV	99
RESULTADOS E CONCLUSÕES	99
ANEXO I	100

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
Quadro A.2.2.1 – Programa Temático	27
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS	42
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	52
Quadro A.4.1.1 – Programação das Despesas	54
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	56
Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	57
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	59
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	60
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	61
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	62
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	63
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	63
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	65
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	65
Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	66
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	67
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	68
Quadro A.4.5.3 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	69
Quadro A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	69
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	70
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	71
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	72
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	72
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12	73
Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	73
Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro	74
Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12	74
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	75
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro do atos no Sisac	75
Quadro A.5.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	77
Quadro A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários	78
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	81

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	81
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	83
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	86
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	87
Quadro A.9.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	89
Quadro A.9.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	89
Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	90
Quadro A.9.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	90
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	93
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	94
Quadro A.11.2.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	98

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – EXERCÍCIO DE 2013

SEÇÃO I

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Agência Espacial Brasileira			
Denominação Abreviada: AEB			
Código SIORG: 4243	Código LOA: 24205	Código SIAFI: 203001	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 86.900.545/0001-70	
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia			Código CNAE: 7210-0
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-5500		
Endereço Eletrônico: presidencia@aeb.gov.br			
Página na Internet: http://www.aeb.gov.br			
Endereço Postal: SPO - Área 5 - Quadra 3 - Bloco "A" - 2º Andar - CEP: 70.610-200			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.854, de 10.2.1994			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decretos nºs 4.718/2003 e 6.129/2007			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
240106	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE		
120013	Centro de Lançamento de Alcântara - CLA		
120015	Centro de Lançamento de Barreira do Inferno - CLBI		
120016	Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA/SJC		
443003	Gerência de Orçamento e Finanças /SAF/ANA		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
203001		20402	
240106		00001	
120013		00001	
120015		00001	
120016		00001	
443003		44205	

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão incorpora todos os atos praticados pela Agência Espacial Brasileira – AEB no exercício de 2013. O detalhamento das estratégias de atuação implementadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados encontra-se discorrido na Seção III.

O Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira – AEB de 2013 encontra-se estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 127 e 129 do exercício de 2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Em cumprimento às orientações do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a seguir estão indicados os itens e subitens que não constam do presente relatório, bem como as suas justificativas:

I) Parte A – Conteúdo Geral

Item 3	Subitem 3.3
Justificativa	O conselho deliberativo da AEB não é remunerado. Portanto, não houve no exercício de 2013 qualquer pagamento aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

Item 4	Subitem 4.2
Justificativa	A AEB nunca reconheceu nenhum passivo por insuficiência de créditos ou recursos. Não houve registro nas contas contábeis do órgão para a referida despesa no exercício de 2013.
	Subitem 4.6
Justificativa	O subitem não se aplica à UJ.
	Subitem 4.7
Justificativa	Não houve na AEB gestão de precatórios em 2013 e também não houve registro nas contas contábeis..

Item 11	Subitens 11.3 a 11.6
Justificativa	Os subitens não se aplicam à UJ.

Item 12	Outras informações sobre a gestão
Justificativa	Não há informações sobre a gestão para o exercício de 2013.

Em 2013 a Política Espacial Brasileira apresentou avanços importantes em sua implementação, podendo ser destacado o trabalho para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Este satélite geoestacionário visa atender às necessidades do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), às de comunicações seguras de governo, e às do Ministério da Defesa. Neste contexto coube à AEB a tarefa de elaborar, juntamente com os Ministérios das Comunicações e da Defesa, o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, previsto no Decreto nº 7.769/2012, que orientará o processo de capacitação e domínio das tecnologias espaciais aplicadas ao setor de telecomunicações, sempre com a participação da indústria nacional.

Destacam-se também os importantes trabalhos de integração e testes do satélite CBERS-3 realizados em cooperação com a China pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Com o lançamento de mais este satélite da série CBERS, buscava-se ampliar a capacidade de observação

do território nacional com vistas à proteção ambiental, ao monitoramento agrícola e à gestão territorial. Infelizmente, o lançamento em dezembro de 2013 fracassou por falha técnica do lançador.

É importante também citar o trabalho em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), com vistas à proposição de um novo sistema de satélites para atender à demanda para retransmissão de dados meteorológicos e hidrológicos, em continuidade ao sistema implantado nos primórdios do Programa Espacial Brasileiro pelos Satélites de Coleta de Dados (SCD). Adicionalmente, foram apoiadas e incentivadas várias atividades voltadas para a utilização de dados de satélites para o sensoriamento remoto, a gestão hídrica e ambiental (desmatamento e queimadas), a previsão meteorológica, os alertas de desastres naturais e o monitoramento do clima espacial.

Na questão das cooperações internacionais, prosseguiram em 2013 as tradicionais cooperações com a China (em satélites), com a Alemanha (lançadores suborbitais e experimentos em microgravidade), com a Ucrânia (implantação do sítio de lançamentos do foguete Cyclone-4 em Alcântara), com a Argentina (desenvolvimento dos satélites oceanográficos SABIÁ-Mar), e outras mais com os Estados Unidos, Rússia, Japão, nações europeias e africanas. Também é importante mencionar as cooperações com diversas organizações internacionais nas áreas de meteorologia, sensoriamento remoto, ciências espaciais e atmosféricas e desastres naturais.

Nos esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço, destacam-se os avanços realizados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) e do motor a propulsão líquida L75. Também prosseguiram em 2013 as operações de lançamento de foguetes suborbitais a partir do CLA (em Alcântara/MA) e do CLBI (em Natal/RN).

Na questão da infraestrutura para o acesso ao espaço, a AEB prosseguiu em 2013 com a busca por investimentos para a construção do sítio de lançamentos do Cyclone-4, responsabilidade brasileira na parceria com a Ucrânia, por meio da binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), assim como para os investimentos na infraestrutura geral do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).

Em 2013 a AEB também prosseguiu com os esforços em prol da formação de recursos humanos, que vem sendo nucleada em vários centros universitários nacionais por meio de cursos de engenharia especialmente voltados para a área espacial.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil, foi criada em 10 de fevereiro de 1994 e está atualmente vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. As suas competências estão definidas na Lei nº 8.854/94, tendo como finalidade a promoção e o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

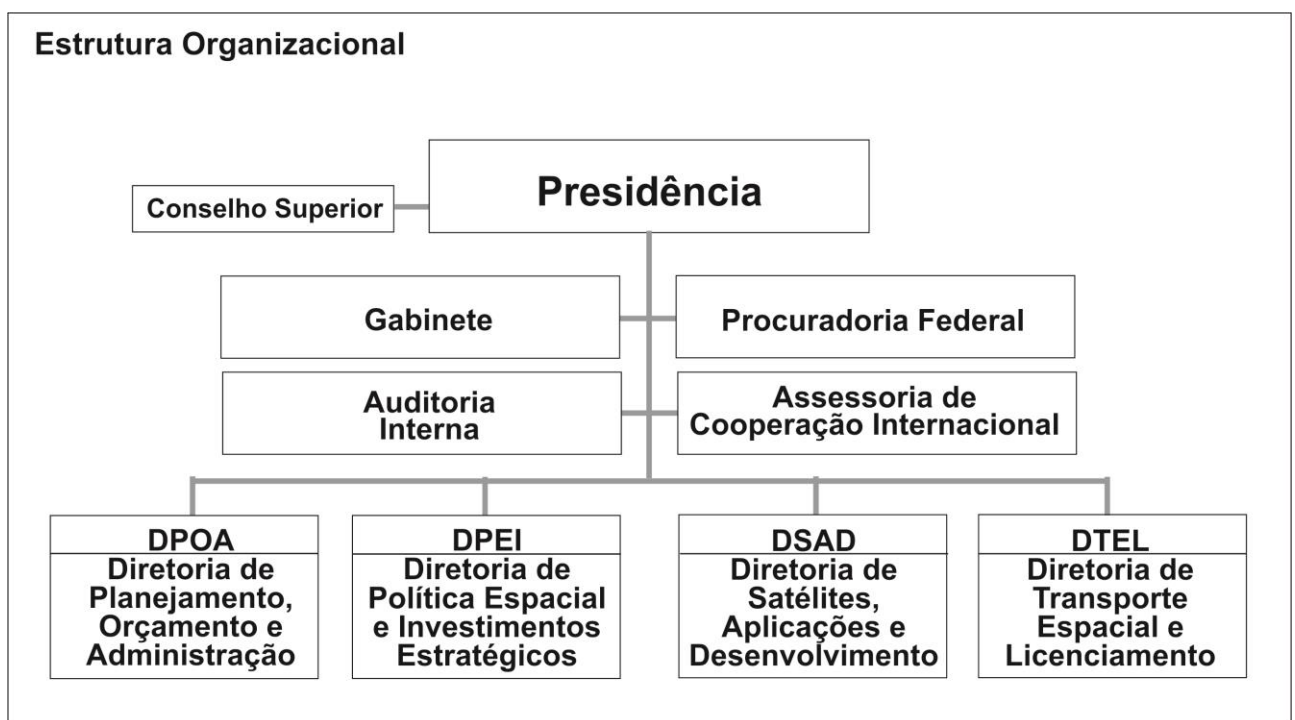
Mais especificamente, a lei define, em seu Art. 3º as seguintes competências:

- a. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- b. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- c. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;
- d. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- e. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- f. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- g. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- h. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;
- i. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;
- j. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;
- k. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;
- l. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- m. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- n. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

As ações do programa são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial que lhe possibilite atuar com real autonomia;
- Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais, bem como de meios, técnicas e infraestrutura de solo correspondentes, que venham propiciar ao Brasil a disponibilidade de serviços e informações de sua necessidade ou interesse;
- Adequação do setor produtivo brasileiro para participar e adquirir competitividade em mercados de bens e serviços espaciais.

1.3 Organograma Funcional



A estrutura organizacional da AEB foi aprovada pelo Decreto nº 4.718, de 04 de junho de 2003:

PRESIDÊNCIA

À Presidência compete coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.

CONSELHO SUPERIOR

- Apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República;
- Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- Apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do SNAE;

- Appreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais;
- Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial;
- Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e
- Deliberar sobre outras matérias.

GABINETE

- Assistir ao Presidente da AEB em sua representação social e política;
- Incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social;
- Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB; e
- Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico da AEB no Congresso Nacional.

PROCURADORIA FEDERAL

- Representar judicial e extrajudicialmente a AEB;
- Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Compete, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, propor, coordenar e promover ações de cooperação internacional e, quando pertinente, avaliar e supervisionar instrumentos internacionais de cooperação e de aquisição de bens e serviços e participar das negociações bilaterais e multinacionais de interesse da área espacial.

AUDITORIA INTERNA

- Compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:
- Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;
- Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância; e
- Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – DPOA

- Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal;

- Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual; e
- Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

DIRETORIA DE POLÍTICA ESPACIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS – DPEI

- Atuar na elaboração de propostas de atualização da PNDAE e na elaboração e atualização do PNAE;
- Implementar, coordenar e supervisionar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e das atividades do PNAE;
- Identificar e analisar oportunidades estratégicas de investimento no setor espacial e articular a captação de recursos para seu financiamento; e
- Realizar estudos e análises pertinentes à área espacial.

DIRETORIA DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – DSAD

- Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos à satélites espaciais, cargas úteis e suas aplicações, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;
- Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;
- Promover a integração de instituições de ensino e pesquisa nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de interesse da área espacial; e
- Promover a capacitação de recursos humanos para atuação em atividades espaciais.

DIRETORIA DE TRANSPORTE ESPACIAL E LICENCIAMENTO – DTEL

- Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos a foguetes, veículos lançadores e centros de lançamento, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;
- Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;
- Promover iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais;
- Atuar na elaboração e aplicação de normas pertinentes às atividades espaciais; e
- Coordenar a concessão de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais, bem como a fiscalização dessas concessões e autorizações.

Os macroprocessos estão definidos nos subitens 1.4 e 1.5, bem como as responsabilidades e os principais produtos deles decorrentes.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A AEB opera por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no Art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a AEB, bem como as atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional.

Os principais macroprocessos finalísticos da AEB, relacionados com a razão da sua existência, são num total de seis (6). Os macroprocessos finalísticos, assim como as competências legais correspondentes, os principais produtos e serviços e os principais atores responsáveis pela sua condução, dentro da estrutura organizacional formal da AEB, estão resumidos a seguir:

Macroprocesso 1 – Formulação e Atualização da Política Espacial

Competências atribuídas em Lei:

II. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e as diretrizes para a sua consecução.

III. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias.

Principais Produtos/Serviços:

- Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) avaliada e atualizada.
- Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) – plano decenal (estratégico de longo prazo) avaliado e atualizado.
- Plano Plurianual (PPA) formulado, de forma articulado e integrado com a PNDAE/PNAE.
- Planos de ação do setor espacial integrados na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI/MCTI) e na Política de Desenvolvimento Industrial (PBM/MDIC).

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as Diretorias da AEB, com o Conselho Superior da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do Sistema Nacional de Atividades Espaciais (SINDAE), Ministérios, Indústria e Academia, para harmonizar e validar as propostas de atualização das políticas, objetivos e diretrizes estratégicos do programa espacial, bem como o seu alinhamento com outras políticas governamentais.

Macroprocesso 2 – Coordenação e Acompanhamento da Execução das Atividades do SINDAE

Competências atribuídas em Lei:

I. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes.

VIII. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais.

XI. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos.

Principais Produtos/Serviços:

- Projetos de desenvolvimento estruturados, contratados, avaliados e implementados para o desenvolvimento de satélites e suas aplicações, veículos lançadores e infraestruturas associadas, assim como o avanço no domínio das tecnologias críticas.
- Contratos de desenvolvimento com a indústria estabelecidos e implementados.
- Termos de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC) para INPE e DCTA estabelecidos e implementados para o desenvolvimento de sistemas e aplicações espaciais, em conjunto com a indústria.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido prioritariamente pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) e pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), e pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em projetos na fase inicial de concepção, que se articulam com os principais órgãos setoriais de execução do SINDAE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTI e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/ComAer/MD), empresas nacionais do setor espacial e setor acadêmico para fazer cumprir a política espacial, promovendo e concretizando a execução dos projetos espaciais estabelecidos no PNAE, por meio de contratos, convênios ou descentralização de créditos.

Macroprocesso 3 – Fomento a Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de interesse para o setor espacial

Competências atribuídas em Lei:

- VII. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial.
- IX. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial.
- X. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico.

Principais Produtos/Serviços:

- Projetos de pesquisa contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.
- Projetos de formação e capacitação de RH contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.
- Parcerias articuladas e formadas com institutos de pesquisa e academia, bem como com órgãos de fomento a pesquisa e inovação.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) que se articula com a academia e institutos de pesquisa para contratação e execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de interesse para o setor espacial, bem como agências de fomento a pesquisa e formação e desenvolvimento de pessoal, tais como a FINEP, CNPq e CAPES, para ampliar o apoio no desenvolvimento de novas competências e de capital humano, bem como a capacidade do país no desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas para o programa espacial.

Macroprocesso 4 – Fomento das Relações Internacionais e Concertação das Ações

Competências atribuídas em Lei:

IV. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior.

V. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução.

VI. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Principais Produtos/Serviços:

- Apoio às decisões institucionais sobre propostas de cooperação internacional.
- Acompanhamento da execução de Acordos e outros instrumentos de cooperação internacional.
- Promover o intercâmbio com instituições de outros países, governamentais e/ou privadas, sejam empresas, institutos de pesquisa, embaixadas ou organismos internacionais.
- Organizar reuniões/conferências com contrapartes estrangeiros, empresas privadas, embaixadas ou agências governamentais.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Assessoria de Cooperação Internacional que se articula com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como instâncias principais de orientação da política de cooperação internacional governamental.

Macroprocesso 5 – Promoção do Desenvolvimento Industrial e Comercial de Produtos e Serviços Espaciais

Competências atribuídas em Lei:

XII. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens.

Principais Produtos/Serviços:

- Formulação de estratégias e propostas de ações para estimular a comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da indústria nacional.
- Análises de propostas e apoio a eventos comerciais no país ou exterior.
- Identificação e proposição de fontes de financiamento ou parcerias comerciais nacionais ou internacionais

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as demais Diretorias da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), empresas nacionais do setor espacial e instituições de financiamento (FINEP e BNDES), buscando estimular e ampliar o mercado de comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da indústria nacional. No caso específico das atividades da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que trata dos serviços comerciais de lançamento, a coordenação é realizada pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL).

Macroprocesso 6 – Certificação, Normalização e Fiscalização das Atividades Espaciais

Competências atribuídas em Lei:

XIII. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais.
XIV. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

Principais Produtos/Serviços:

- Produção e atualização das normas de segurança para o setor espacial.
- Expedição de licenças/certificações/autorizações para atividades espaciais no país.
- Fiscalização das atividades espaciais no país.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) que se articula com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto de Fomento Industrial (IFI/DCTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO/MDIC) para atuarem na produção das normas e fiscalização das atividades espaciais no país.

Todos os macroprocessos finalísticos descritos concorrem para a consecução dos objetivos estratégicos do Programa Temático do PPA (2056) – Política Espacial, quais sejam:

- Objetivo 0397 – Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço;
- Objetivo 0398 – Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS);
- Objetivo 0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa;
- Objetivo 0555 – Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais; e

- Objetivo: 0702 – Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os principais macroprocessos de apoio às atividades finalísticas da AEB estão associados com as atribuições de suas diversas unidades de caráter administrativo, controle e apoio, estabelecidas no Regimento Interno da Agência, sendo grande parte delas de responsabilidade da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA.

Macroprocesso 1 – Gestão de Pessoal

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

Principais Produtos/Serviços:

- Programa de capacitação e desenvolvimento de Pessoal.
- Programa de Qualidade de Vida.
- Administração de Pessoa: Cadastro, Folha de Pagamento, Aposentadoria, Férias e Benefícios.
- Processo de Avaliação de Desempenho.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Recursos Humanos – CRH que atua junto à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG para dirimir os assuntos do pessoal civil lotado na AEB, bem como desenvolve e promove programas voltados para o desenvolvimento e capacitação do seu pessoal.

Macroprocesso 2 – Gestão da Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal.

Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

Principais Produtos/Serviços:

- Formulação de propostas orçamentárias anuais.
- Planejamento da execução orçamentária, segundo os limites orçamentários autorizados pela setorial do MCTI.
- Descentralização de crédito e liberação financeira para os órgãos executores do PNAE (INPE e DCTA).

- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira do orçamento descentralizado e na própria AEB.
- Pagamento de fornecedores.
- Pagamento de pessoal, diárias e ajuda de custo.
- Contabilidade, convênios e prestação de contas.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação Orçamentária e Financeira – COF em articulação com a Coordenação de Planejamento e Modernização – CPM, que, por sua vez, atuam com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do MPOG e Secretaria de Planejamento Orçamentária e Administração – SPOA do MCTI, na condução dos assuntos orçamentários e financeiros. Articulam-se também com as Diretorias finalísticas da AEB e os órgãos executores do PNAE, visando a boa execução orçamentária e financeira dos projetos.

Macroprocesso 3 – Planejamento, Modernização Institucional e Gestão da Tecnologia de Informação

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP, de Planejamento e de Orçamento Federal.

Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual.

Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

Principais Produtos/Serviços:

- Planejamento orçamentário e institucional.
- Estudo, formulação e implementação de propostas de modernização institucional.
- Formulação e implementação do Plano Diretor de TI.
- Administração da rede de dados, internet e intranet.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Planejamento e Modernização – CPM que atua com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MCTI, bem como com diversas unidades da AEB na condução dos assuntos relacionados com modernização institucional e TI.

Macroprocesso 4 – Logística Operacional

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais – SISG.

Principais Produtos/Serviços:

- Licitação e compras.
- Controle e fiscalização dos contratos administrativos.
- Controle e manutenção patrimonial.
- Controle e gestão documental.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Recursos Logísticos – CRL que atua em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e unidades da AEB na condução e utilização dos sistemas de apoio logístico.

Macroprocesso 5 – Comunicação Social

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Organizar, editar, publicar e divulgar material de interesse da AEB nos meios de comunicação e nos eventos técnico-científicos.

Principais Produtos/Serviços:

- Releases de notícias e de notas técnicas.
- Revista semestral Espaço Brasileiro.
- Boletim mensal Espaço Brasileiro (eletrônico).
- Clipping diário de notícias (eletrônico).
- Criação e edição de folders e de outras publicações.
- Apoio à criação e edição de material de uso educacional.
- Apoio à organização e coordenação de cursos, seminários, oficinas e simpósios.
- Planejamento, coordenação, montagem e atendimento de exposições técnicas e de eventos.
- Manutenção e atualização das exposições do pátio externo e espaço interno.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Comunicação Social da AEB, subordinada ao Gabinete/PR, articulando-se com as diretorias finalísticas, a imprensa e outros meios de comunicação para divulgar o programa espacial brasileiro, de acordo com o plano de comunicação da instituição.

Macroprocesso 6 – Procuradoria Jurídica

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Representar judicial e extrajudicialmente a AEB.

Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Principais Produtos/Serviços:

- Análise de processo para emissão de pareceres jurídicos.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Procuradoria Jurídica junto a AEB, que se articula com as demais unidades internas da AEB.

Macroprocesso 7 – Auditoria e Controle

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:

Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB.

Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância.

Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

Principais Produtos/Serviços:

- Emissão de notas técnicas.
- Análise dos processos de despesas.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Auditoria Interna da AEB, que se articula com as demais unidades internas da AEB.

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros da AEB são todos externos. No papel de desenvolvedores e fornecedores de produtos e serviços para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) estão o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA/ComAer/MD), definidos no Decreto nº 1.953/96, que instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), como os principais órgãos setoriais de execução do programa.

Neste papel, colocam-se também, como parceiras, as indústrias nacionais do setor espacial (tais como Omnisys, Cenic, Fibraforte, Mectron, Equatorial, Compsys, Optoeletrônica, Kepler, AEL, dentre outras), representadas pela sua Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB).

Outra importante parceria ocorre com a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), constituída em 2006 por força do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia em 2003, para explorar serviços de lançamento comercial a partir de Alcântara, bem como a empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., constituída em 2012, mediante parceria entre a Telebras e a Embraer, para prover, como “prime-contractor”, a aquisição, o lançamento, a construção da infraestrutura terrestre e a capacitação para a operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), destinado a atender às demandas do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e das comunicações militares em Banda X.

Ainda no contexto do SGDC, em 2013 foi estabelecida uma importante parceria entre a AEB e a empresa franco-italiana Thales Alenia Space (TAS), escolhida para fornecer o satélite. Cabe à AEB, por força do Decreto nº 7.769/2012, coordenar, monitorar e avaliar os resultados do plano de absorção e transferência de tecnologia elaborada durante a fase de seleção das empresas. A cessionária das tecnologias a serem transferidas para o Brasil é a mesma empresa fabricante do satélite (TAS), com a qual a AEB firmou ao final de 2013 um Memorando de Entendimento (MoU) para disciplinar o processo.

Na qualidade de usuários dos serviços espaciais, tem-se como principais parceiros o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o SIPAM/SIVAM e a Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional – SEDEC/MI, além de inúmeras empresas, organizações governamentais e do terceiro setor que fazem uso de imagens e outros produtos gerados a partir das aplicações espaciais.

Como fomentadores e financiadores das atividades de PD&I e de formação e aperfeiçoamento de pessoal, a AEB tem ainda como importantes parceiros a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos de interesse para o programa espacial, a AEB tem também como parceiras as instituições acadêmicas (tais como ITA, USP, UFMA, UNB, UFSC, UFMG, UFABC, UNIVAP, dentre outras, representadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

No campo da normatização e fiscalização, a AEB conta, por fim, como principais parceiros a ABNT, o IFI/DCTA, o INPE/MCTI e o INMETRO/MDIC.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada

A AEB não dispõe de um plano estratégico, tático e operacional próprio. O seu planejamento tem por base o estabelecido para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), cuja elaboração e atualização é de responsabilidade legal da AEB, conforme atribuição estabelecida na sua lei de criação (item III, art. 3 da Lei nº 8.854/94, pelo qual lhe cabe: “Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias”.

A Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto n.º 1.332, de 8 de dezembro de 1994, estabelece os objetivos e diretrizes para os programas e projetos nacionais relativos à área espacial e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como seu principal instrumento de planejamento e programação de longo prazo, envolvendo um conjunto de ações e previsões de investimentos necessárias por períodos decenais.

A última revisão e atualização do PNAE ocorreu no biênio 2011/2012, com ampla participação e envolvimento de diversos *stakeholders* do programa, resultando na sua quarta edição, lançada em 2012, que cobre o período de 2012 a 2021 e servirá como principal instrumento de orientação e condução da execução da política e das estratégias de execução do programa para os próximos dez anos.

Dentro desse contexto, as principais diretrizes estratégicas para 2013 continuam sendo aquelas mesmas estabelecidas no planejamento estratégico do PNAE, para 2012-2021, quais sejam:

- Consolidar a indústria espacial brasileira, aumentando sua competitividade e elevando sua capacidade de inovação, inclusive por meio do uso do poder de compra do Estado, e de parcerias com outros países.
- Desenvolver intenso programa de tecnologias críticas, incentivando a capacitação no setor, com maior participação da academia, das instituições governamentais de C&T e da indústria.
- Ampliar as parcerias com outros países, priorizando o desenvolvimento conjunto de projetos tecnológicos e industriais de interesse mútuo.
- Estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas e/ou privadas.
- Promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no país, por meio do aumento da sinergia e efetividade das ações entre os seus principais atores e da criação de um Conselho Nacional de Política Espacial, conduzido diretamente pela Presidência da República.
- Aperfeiçoar a legislação para dinamizar as atividades espaciais, favorecendo e facilitando as compras governamentais, o aumento de recursos para o Fundo Setorial Espacial, e a desoneração da indústria.
- Fomentar a formação e capacitação de especialistas necessários ao setor espacial brasileiro, tanto no país quanto no exterior.
- Promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do estudo, do uso e do desenvolvimento do setor espacial brasileiro.

Para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos, continuam como ações prioritárias as seguintes:

- Integrar a política espacial às demais políticas públicas em execução.
- Comprometer a indústria em todas as etapas do desenvolvimento dos projetos espaciais – da concepção à construção de equipamentos a sistemas espaciais completos.
- Estimular a criação de empresas integradoras na indústria espacial.
- Usar o poder de compra do Estado, mobilizando a indústria para o desenvolvimento de sistemas espaciais completos.
- Fomentar a formação, captação e fixação de especialistas qualificados na quantidade necessária para dinamizar as atividades espaciais.
- Dominar as tecnologias críticas e de acesso restrito, com participação da indústria, junto com a competência e o talento existente nas universidades e institutos de pesquisa nacionais.
- Alcançar a capacidade de lançar satélites a partir do território brasileiro.
- Transferir à indústria as tecnologias de produtos espaciais desenvolvidos pelos institutos de pesquisa.
- Incorporar aos sistemas encomendados pelo Estado as tecnologias, partes e processos desenvolvidos e dominados pela indústria brasileira.
- Elevar a Política Espacial à condição de Política de Estado, firmando o interesse estratégico e geopolítico das atividades espaciais, que fortalecem a autonomia e soberania do Brasil.
- Aperfeiçoar a governança integrada do Programa Espacial Brasileiro.

Nesse planejamento, no que diz respeito aos sistemas espaciais e respectiva infraestrutura associada, consta também que, na execução do PNAE, deve se buscar, numa fase inicial, a consolidação e conclusão de projetos já iniciados no passado ou iniciar outros, de modo a construir e consolidar um arcabouço necessário, para, numa segunda fase do programa, serem lançados e desenvolvidos novos projetos de maior complexidade e de alto valor tecnológico, de modo a impor ao programa novos desafios.

Nesse sentido, foram definidos como principais projetos estruturantes e mobilizadores os seguintes:

- Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS-3 e 4 e os resultantes do Plano Decenal de Cooperação Espacial junto à China).
- Satélites de Observação da Terra da série Amazônia (Amazônia-1 e seus sucessores).
- Foguetes suborbitais e plataformas de reentrada.
- Veículos Lançadores baseados no Programa Cruzeiro do Sul.
- Infraestrutura de lançamento para acesso ao espaço (Complexo Espacial de Alcântara – CEA) e serviços de lançamento comerciais (Acordo Brasil-Ucrânia).
- Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).
- Satélite de Observação da Terra por Radar (SAR).

- Satélite Geoestacionário de Meteorologia (GEOMET).

Na correlação do planejamento estratégico do PNAE com o estabelecido no Plano Plurianual (PPA), por meio do **Programa 2056 – Política Espacial**, que compreende o período de 2012 a 2015, pode-se identificar e observar uma estreita relação e alinhamento com o planejamento estratégico da primeira fase de consolidação do PNAE estabelecido, que tem, por sua vez, os seguintes objetivos e iniciativas:

Programa Temático 2056 – Política Espacial
<p><u>Objetivo: 0397</u> – Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.</p> <p>Iniciativas</p> <p>016C – Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais</p> <p>016E – Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais</p> <p>016G – Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais</p> <p>016J – Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial</p>
<p><u>Objetivo 0398</u> – Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)</p> <p>Iniciativas</p> <p>016L – Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara</p> <p>016O – Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)</p>
<p><u>Objetivo 0399</u> – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa</p> <p>Iniciativas</p> <p>016R – Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização</p> <p>016T – Instalação de Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual de interesse do programa</p>
<p><u>Objetivo 0555</u> – Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais</p> <p>Iniciativas</p> <p>024Q – Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos</p> <p>024S – Levantamento e prospecção de informações tecnológicas em apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do programa e proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes dessas atividades</p> <p>024U – Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional</p>

Objetivo: 0702 – Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico

Iniciativas

02NA – Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados
02NB – Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais
02NC – Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais
02ND – Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação
02NE – Desenvolvimento de Satélite Radar
02NG – Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1
02NH – Desenvolvimento do Satélite Lattes
02NI – Desenvolvimento do Satélite SABIÁ-Mar
02NM – Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3
02NN – Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4
02NJ – Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro

Como agência vinculada ao MCTI, o planejamento estratégico da AEB insere-se também nas diretrizes e objetivos estratégicos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), entendida como uma Política de Estado. Nesse contexto, o programa espacial faz parte do conjunto dos programas prioritários para os setores portadores de futuro, tendo como objetivo estratégico principal:

“Atender às demandas nacionais por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e para missões científicas e tecnológicas, com domínio de tecnologias críticas e aumento da indústria nacional no Programa Espacial Brasileiro”.

As principais estratégias de ação associadas a este objetivo na ENCTI são:

- Desenvolvimento, fabricação e lançamento dos satélites de observação da Terra CBERS-3 e CBERS-4, construídos em parceria com a China, e Amazônia-1 e Amazônia-2B;
- Construção e lançamento do satélite científico para estudos do clima espacial, em parceria com a Índia e a África do Sul, no âmbito do IBAS;
- Análise de requisitos e viabilidade técnica-econômica para a contratação do desenvolvimento do primeiro satélite de comunicação do Sistema Geoestacionário Brasileiro, com participação da indústria nacional, a ser realizado em parceria com a Telebrás e com os Ministérios da Defesa e das Comunicações, com vistas a atender às demandas de comunicações estratégicas de Defesa e do Plano Nacional de Banda Larga;
- Estudos de concepção e análise de viabilidade técnico-econômica da missão do satélite RADAR;
- Implantação e conclusão da infraestrutura geral e específica necessária para operação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio Cyclone-4;
- Realização de dois voos de teste tecnológico do Veículo Lançador de Satélites (VLS), anteriormente ao seu voo de qualificação;
- Fortalecimento da parceria tecnológica internacional
- Fortalecimento da parceria tecnológica internacional nas áreas de propulsão líquida, guiagem e navegação inercial e radar de abertura sintética.

Pelos fatos acima expostos, pode-se verificar que existe um alinhamento e entrelaçamento dos objetivos estratégicos centrais do PNAE, com os do PPA e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) do MCTI.

Adicionalmente, na estratégia de integrar a política espacial com outras políticas públicas, deve ser destacada também a inserção do PNAE no Plano Brasil Maior (PBM), que busca acelerar o crescimento dos investimentos produtivos e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, aumentando, como consequência, a competitividade dos bens e serviços nacionais. Esta inserção resultou na construção de uma agenda estratégica conjunta para o setor espacial, aeronáutico e defesa, compreendendo, para o setor espacial, os objetivos e iniciativas do quadro a seguir:

PLANO BRASIL MAIOR AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SETOR ESPACIAL
<p><u>Objetivo 1</u> – Fortalecer a Cadeia Produtiva de Defesa, Aeronáutico e Espacial.</p> <p>Iniciativas</p> <p>1.4. Elaboração e revisão de marcos regulatórios – Aprovar o Projeto de Lei nº 7.526/2010 (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial – PADIE)</p>
<p><u>Objetivo 2</u> – Consolidação do Sistema de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial – CTIC (Offset) para as Compras e as Vendas nos Setores de Defesa, Espacial e Aeronáutico</p> <p>Iniciativas</p> <p>2.1. Definição de diretrizes, padronização de procedimentos e metodologias de avaliação dos programas de offset a serem desenvolvidos pelo governo.</p>
<p><u>Objetivo 3</u> – Fomento a Capacitação da Indústria Nacional no Desenvolvimento e Produção de Equipamentos e Subsistemas de Satélites Geoestacionários</p> <p>Iniciativas</p> <p>3.1. Desenvolvimento do plano de absorção e transferência de tecnologia 3.2. Envolvimento da indústria espacial nacional no desenvolvimento de satélites geoestacionários de meteorologia</p>
<p><u>Objetivo 4</u> – Estimular o Desenvolvimento de Sistemas Espaciais Completos</p> <p>Iniciativas</p> <p>4.1. Desenvolvimento de Veículo Lançador de Microsatélites (VLM), com a participação da indústria nacional 4.2. Produção e desenvolvimento tecnológico em ambiente industrial do foguete de sondagem VSB-30</p>

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático					
Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2056				
Título	POLÍTICA ESPACIAL				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	2.220.818.000,00	496.870.199,00	479.467.323,00	1.244.480.478,00	
Orçamento de Investimentos - OI				-	
Outras Fontes				-	
Total	2.220.818.000,00	496.870.199,00	479.467.323,00	1.244.480.478,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
367.513.909,97	176.484.710,34	175.530.150,16	1.682.025,88	142.084.665,04	-
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	142.084.665,04	68.994.588,68	67.810.859,37	(1.183.729,33)	73.090.076,36
Processados	1.682.025,88	1.682.025,88	1.681.786,44		239,44
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	279.467.323,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: SIAFI-Gerencial e SIGA-Brasil

Análise Situacional dos objetivos e metas

Objetivo: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Análise Situacional do Objetivo

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, continua sendo uma das principais prioridades estratégicas da política espacial. Não obstante o objetivo estratégico estabelecido, os resultados nele buscados não vêm atingindo níveis de resultados como desejado, em decorrência de embargos internacionais, da falta de pessoal nos quadros dos institutos de pesquisa e centros de lançamento do DCTA/MD, da falta de recursos orçamentários e das restrições de natureza jurídicas, que acarretam mais atrasos no desenvolvimento dos projetos. Os embargos internacionais impõem desafios para a indústria nacional, visto que muitas partes ou subsistemas dos veículos lançadores não estão disponíveis como produtos de prateleira. Em muitos casos são necessários prazos de um ou até dois anos para que a indústria desenvolva e fabrique essas partes, componentes ou subsistemas, que passam necessariamente ainda por etapa de qualificação, quando não necessários trabalhos de reprojeção.

Apesar dessas restrições, podem ser destacados, como principais realizações de 2013, os esforços e avanços nos trabalhos de preparação do VLS para o voo XVT-01 (VSISNAV), reprogramado para novembro de 2014. No período, foi concluída a fabricação de centenas de itens mecânicos, os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Responder Radar do quarto estágio do VSISNAV, o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios e a continuidade nos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão do Mockup de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 61% do estágio de desenvolvimento físico do projeto. Em decorrências das restrições, sobretudo de natureza orçamentária, os estudos de viabilidade para o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa não foram iniciados e o voo de teste

tecnológico XVT-02 não poderá ser realizado antes de 2017.

No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, do carregamento do envelope motor com propelente, da eletrônica de bordo e desenvolvimento de novo propelente. Os principais obstáculos residem no estabelecimento de instrumentos e mecanismos operacionais-administrativos e financeiros para a continuidade no desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo.

Importantes avanços foram também obtidos no desenvolvimento do Banco de Controle do Sistema de Reentrada Atmosférica (SARA), com 90% já desenvolvido, estando previsto para o primeiro semestre de 2014 um ensaio de integração desse banco com a plataforma do SARA.

Cabe ser destacado ainda o lançamento com sucesso, em 2013, de 3 foguetes suborbitais, empregando o VSB-30, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, em cooperação com o Programa Europeu de Microgravidade, bem como o lançamento de 5 foguetes de treinamento, para exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no CLA e CLBI, com o propósito de manter aqueles centros em operação, bem como fomentar indústria no desenvolvimento e fabricação desses foguetes.

A meta de certificar empresa nacional para produção do VSB-30 não teve significativa evolução, por estar aguardando a conclusão da contratação de um estudo sobre a viabilidade econômico-comercial de sua comercialização, a ser financiado pela ABDI.

Análise Situacional das Metas

Meta: Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento

Análise Situacional: Em 2013, ocorreram nove lançamentos de foguetes suborbitais e de treinamento. O lançamento de 01 VSB-30, carga útil Texus 50, em 12/04/2013, no Centro de Lançamento de Esrange (Suécia). Os experimentos foram realizados e a carga útil foi recuperada. Em 28/06/2013, foi lançado com sucesso do Centro de Lançamento de Andoya - ARR (Noruega) o foguete VS-30 V09, com a carga útil WADIS 1, atingindo apogeu de 115 km e alcance de 63 Km. O desempenho do motor S30 foi nominal e o voo perfeito, incluindo a recuperação da carga útil no mar. Em 15/07/2013, ocorreu o voo e a recuperação com sucesso da carga útil MAPHEUS 4 no veículo VS-30, lançado de Esrange (Suécia). Em 18/09/2013, durante a Operação Scramspace, realizada em Andoya (Noruega), ocorreu uma falha no 1º estágio do veículo VS-30/Orion, o que levou ao não cumprimento da missão e ao “recall” de todos os motores S30. Em relação aos foguetes de treinamento, o CLBI realizou o lançamento de 1 FTB e de 1 FTI, bem como o CLA realizou o lançamento de 2 FTB e 1 FTI. Somados aos 15 lançamentos realizados em 2012 (VS-40, VSB-30, VS-30/IO, FTB, FTI), os 9 lançamentos de 2013 perfazem um total de 24 lançamentos realizados desde o início do PPA, garantindo mais de 60% de execução até 2013. Com a liberação do voo dos motores S30, não haverá dificuldades de atingir a meta definida.

Meta: Obter a licença ambiental de operação (LO) para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) até 2014

Análise Situacional: A AEB submeteu ao IBAMA, no primeiro semestre de 2013, os estudos e planos básicos ambientais necessários para obtenção da Licença de Instalação (LI) relativa às obras e edificações complementares do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA. Por exigência de estudos complementares, o IBAMA concedeu, em 02/08/2013, apenas uma licença de instalação parcial (LI nº 956/2013), relativa às seguintes obras e edificações complementares do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA:

I - Aeródromo:

- Terminal de Cargas com armazém alfandegário
- Subestação e linha elétrica e de distribuição
- Pátio de estacionamento de aeronaves
- Terminal de passageiros
- Rede de energia e distribuição p/ o Pátio e Terminal

II-Estradas (Via Interna):

- Do aeródromo à estrada interna do CLA e Guarda Avançada
- Revitalização das estradas do SCC e do SPL

III - Vila Residencial Taperef:

Escola fundamental

Creche / pré-escola

Conclusão de 31 casas tipo "B"

IV - Sistema de Coleta de Resíduos Sólidos

Centro de Tratamento de Resíduos - CTR

V - Setor de Preparação e Lançamento - SPL:

Depósito de Propulsores

Prédio de Controle de Preparação e Lançamento

VI - Setor de Comando e Controle:

Posto Médico

Estação de Tratamento de Esgoto do SCC

Prédio de Oficinas (Serviços Gerais)

Prédio do almoxarifado de Apoio II

VII - Centro Esportivo e Social:

Centro Esportivo e Social

VIII - Canteiro de Obras Principal:

Instalação e Operação de 1(um) canteiro de obras principal

Espera-se, para o 1º semestre de 2014, que o IBAMA venha a conceder a licença de instalação para as obras e edificações remanescentes e não contempladas na LI nº 956/2013, quais sejam:

- Hotel e Centro de Conveniências;
- Portaria Principal e Guarda Avançada do CLA;
- Atracadouro; Centro Comunitário de Alcântara e o
- Emissário da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Vila Residencial Taperef / CLA.

Os estudos complementares para obtenção desta LI estão em andamento e constituem-se em etapas necessárias para a concessão da licença ambiental de operação (LO) do CLA no seu todo.

Meta: Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30

Análise Situacional: A principal dificuldade para o maior avanço da meta foi a falta de mais estudos e informações sobre a viabilidade econômica-comercial do VSB-30, das formas de transferência de tecnologia e da gestão da propriedade intelectual. Somente após esses estudos é que será possível concluir pela exequibilidade ou não do alcance da presente meta. Para superar esta dificuldade, articulações foram feitas no primeiro semestre de 2013 com a ABDI para apoiar e financiar este estudo. Nesse período, foram concluídas as discussões e a elaboração de um Termo de Referência para a contratação desse estudo. No segundo semestre, ocorreram tratativas com o CECOMPI para fornecimento de dados do foguete, visando à elaboração de estudos de viabilidade econômica, mas que ainda não foram iniciados. O modelo de transferência de tecnologia, com ou sem exclusividade, ainda está sendo analisado pelo DCTA. Entretanto, não há recursos financeiros suficientes em 2013, nem previstos em 2014, capazes de dar suporte a essa meta. Em fins de 2013, a ABDI deu início ao processo de licitação para contratação de consultoria especializada e espera-se que os estudos sejam iniciados em 2014.

Meta: Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de preenchimento dos motores do veículo lançador VLM-1

Análise Situacional: Diante do cronograma do projeto do VLM-1, que previa um tiro em banco em dezembro de 2014 e o seu voo de qualificação em 2015, foram feitos estudos quanto à possibilidade do envolvimento da indústria nacional para atender às necessidades de preenchimento dos motores de veículo lançador VLM-1. No entanto, por dificuldades de natureza administrativas e orçamentárias não foi possível viabilizar esta ação no início de 2013. Considerando estes fatos e tendo em vista que o voo do VLM-1 foi reprogramado para 2017, novos estudos estão sendo feitos de modo a retomar a concepção original da meta, através da implantação de uma infraestrutura mínima requerida para carregar os motores S50 na Usina Cel. Abner (UCA) (ponte rolante, revisão de macerador, resistência estrutural de fosso e prédios), que será seguida das etapas de cotação e de licitação desses serviços.

Meta: Veículo XVT-01 (VSISNAV) pronto até o final de 2013 para lançamento tecnológico em 2014

Análise Situacional: Ao longo de 2013, foram iniciadas fabricações de mais de duas centenas de itens mecânicos, muitos já estão concluídos e outros em fase final de aceitação. Os componentes eletrônicos que compõem as redes elétricas do veículo estão em processo de qualificação. Foram realizados os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemidas, Telecomando e Responder Radar do Quarto Estágio do VSISNAV, na Câmara Anecóica do INPE/LIT. Esses ensaios foram realizados com o objetivo de verificar o desempenho das antenas diante da solução de metalização do Envelope Motor S44.

Em agosto de 2013, iniciaram-se os carregamentos dos propulsores do VSISNAV. Em dezembro de 2013 foram concluídos todos os propulsores ativos, do primeiro e segundo estágios (5 propulsores S43, com 7 toneladas de propelente cada). Foram concluídas as fabricações de vários componentes mecânicos, elaborados desenhos e reprojotos de 87 itens críticos. Conforme árvore de produto, para cada sistema, a execução física ao final de 2013 foi a seguinte: Primeiro Estágio 63%; Segundo Estágio 60%; Terceiro Estágio 81%; Quarto Estágio 41%; Coifa Principal 68%; Redes Elétricas 36%; e Rede Pirotécnica 63%.

No segundo semestre de 2013 continuaram-se os desenvolvimentos de todos os sistemas para término do Mockup de Integração de Redes Elétricas - MIR e do Protótipo de voo VSISNAV. Neste período, o estágio físico do projeto chegou a 61%, o que viabiliza sua conclusão até final de 2014, com o lançamento do VSISNAV. As maiores dificuldades estão relacionadas a fatores intrínsecos a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Ao se desenvolver algo novo, entende-se que testes preliminares podem levar à necessidade de aperfeiçoamento ou reprojeto. Atrasos normais neste tipo de desenvolvimento levaram ao replanejamento das Operações Santa Bárbara (MIR) para agosto de 2014, e Santa Bárbara II (VSISNAV) para novembro de 2014.

Meta: Veículo XVT-02 pronto até o final de 2015 para lançamento em 2016

Análise Situacional: Em virtude de restrições orçamentárias ocorridas no período 2012-2013, o lançamento do voo tecnológico XVT-02 é inviável para data anterior a 2017. A continuidade dos projetos e posterior lançamento dos protótipos XVT-02 e V04, dependerá tanto do sucesso da campanha do veículo XVT-01 (VSISNAV) atualmente em desenvolvimento para qualificação do veículo, quanto de suplementação de recursos orçamentários. Atualmente, as atividades de desenvolvimento do veículo XVT-02 estão paralisadas.

Meta: Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015

Análise Situacional: Para atingir essa meta, o projeto VLM-1 foi dividido em 4 etapas: Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50; Desenvolvimento do Carregamento do Envelope Motor com Propelente, Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo e desenvolvimento de Novo Propelente.

Em 2013, o Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50 teve as seguintes fases concluídas: estudo de viabilidade, projeto térmico do motor, projeto de bobinagem, projeto estrutural do motor por modelo de elementos finitos, revisão crítica de projeto – CDR-2 e desenvolvimento da garganta em Carbono/Carbeto de Silício (C/SiC). Com isso foi realizado o projeto detalhado do envelope motor S50, encerrado com a Revisão Crítica de Projeto do S50 ocorrida em novembro de 2013. Sob o ponto de vista de controle e guiamento, foi realizada a nacionalização dos atuadores de controle de tubeira móvel (projeto alemão). Foram realizados ainda dois tiros em banco com motores teste para avaliar a nova proteção térmica interna do motor S50, além de verificar o desgaste das tubeias. O desenvolvimento do motor está 25% concluído em relação à meta final.

O Desenvolvimento de Novo Propelente e do Carregamento do Envelope Motor com propelente tiveram as seguintes fases concluídas: Estudo Preliminar do Carregamento do Propelente e gestão do Processo, Estudos de Concepção do Procedimento de carregamento dos motores S-50 e do motor prova de conceito e gestão do processo, Revisão de requisitos de sistema (SRR), Definição do Propelente e Desenvolvimento do Liner e definição de métodos de testes, revisão dos resultados e requisitos preliminares. Dessa forma, foi desenvolvido o processo de carregamento do S50 com propelente sólido, tanto no que tange ao aspecto mecânico do mandril de carregamento, quanto à organização do controle da qualidade do carregamento. Ainda em dezembro foi finalizada a versão preliminar do propelente a ser utilizado no VLM, que é uma versão industrializada do propelente do VLS, também desenvolvido a partir de agosto. O desenvolvimento do carregamento e do propelente estão 15% concluídos em relação à meta final.

O Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo teve as seguintes fases concluídas: revisão preliminar de requisitos. Em junho de 2013, foi enviada uma missão por duas semanas ao DLR para discussão pormenorizada da eletrônica embarcada no veículo. Em outubro foi realizado um novo Workshop com o DLR sobre dinâmica de voo e atendimento às normas de segurança para lançamento, além de um aprofundamento das discussões sobre a eletrônica de bordo. Esta eletrônica foi objeto de um estudo a parte no segundo semestre com objetivos de absorção de

tecnologia, culminando com uma Revisão de Requisitos do Sistema (SRR) em dezembro. O desenvolvimento da Eletrônica de bordo está 17% concluída em relação à meta final.

Em junho/2013 também foram iniciados ensaios preliminares com um modelo aerodinâmico do veículo, em Túnel Transônico Piloto, para análise do comportamento aerodinâmico do veículo em baixos números de Mach. Em outubro foi realizado um novo Workshop com o DLR sobre dinâmica de voo e atendimento às normas de segurança para lançamento, além de um aprofundamento das discussões sobre a eletrônica de bordo. A PDR ainda não pode ser realizada devido às diferenças entre os estudos realizados no IAE com aqueles levados a termo no DLR, visando à fabricação dos módulos interestágios do veículo e a estratégia de separação de estágios. Em 2014, são previstas reuniões técnicas anteriores à PDR que visam amparar a decisão gerencial frente à Análise de Risco.

A PDR ainda não pode ser realizada devido às diferenças entre os estudos realizados no IAE com aqueles levados a termo no DLR, visando à fabricação dos módulos interestágios do veículo e a estratégia de separação de estágios. Em 2014, são previstas reuniões técnicas anteriores à PDR que visam amparar a decisão gerencial frente à Análise de Risco.

Objetivo: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial. O conjunto das metas do objetivo compreende, por um lado, o compromisso do governo brasileiro de prover a infraestrutura geral necessária para o lançamento de satélites e, por outro lado, o compromisso ucraniano de prover os foguetes de lançamento Cyclone-4. Para a exploração comercial conjunta dos serviços de lançamento, foi constituída a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), à qual cabe a implantação e manutenção do sítio específico de lançamento do Cyclone-4.

Em 2013, poucos avanços ocorreram no desenvolvimento dessa infraestrutura relacionada com o sítio de lançamento do Cyclone-4, que vem sendo implantada de forma lenta, motivada principalmente pela necessidade de elevar o capital da empresa binacional ACS, de modo a permitir o maior avanço e a conclusão das obras necessárias.

Com o início das obras e as posteriores revisões dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizados ao longo de 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 497 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, é insuficiente para concluir todas as obras necessárias. O assunto já foi levado à discussão na Casa Civil/PR, sem contudo ter sido efetivada ainda qualquer ação concreta que supere este obstáculo. Foi aprovada em fins de 2013 uma suplementação de crédito para aumento do capital da ACS no valor de R\$ 150 milhões, cuja liberação está, entretanto, condicionada aos limites financeiros a serem estabelecidos para 2014. Em decorrência das restrições orçamentárias e financeiras apontadas, que levaram à paralisação das obras, não será possível realizar o voo de qualificação do Cyclone-4 antes de 2016.

Análise Situacional das Metas

Meta: Certificar o foguete Cyclone-4 e realizar voo de qualificação até 2014

Análise Situacional: Em 2013, foi planejada e realizada uma reunião com os integrantes do Grupo de Trabalho da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4, com a participação dos seguintes órgãos: AEB, INPE, IAE, IFI, CLA, ACS, YUZHNOYE, com a finalidade de discutir e propor ações relacionadas à obtenção dos Certificados de Segurança do foguete Cyclone-4. A Agência Espacial Estatal Ucraniana (SSAU) não participou da reunião, apesar de fazer parte do grupo e de ter sido convidada.

Como resultado dessa reunião foi elaborado um plano de trabalho com um cronograma para o envio dos documentos, por parte da ACS, necessários para a certificação do Complexo de Lançamento Cyclone-4. Quanto ao Cyclone-4, concluiu-se pela necessidade da elaboração de documento semelhante ao do Complexo de Lançamento Cyclone-4, a ser apresentado dois meses antes da próxima reunião do GT, previsto para abril de 2014.

A principal dificuldade encontrada para o cumprimento desta meta está relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes do Cyclone-4, bem como de documentos/relatórios dos testes e estudos já realizados. Ressalta-se que a partir do recebimento do cronograma de testes na Ucrânia, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança e a consequente emissão dos certificados pertinentes.

O cumprimento desta meta depende também da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone 4, teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação.

Também há dependência da conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação e todas essas atividades encontram-se em andamento. A data da realização do voo de qualificação está atrelada também ao resultado das negociações em curso do contrato da ACS com o consórcio de empresas, contratado para a construção do sítio do Cyclone-4 (contrato 20/ACS/2010). Estima-se realizar o voo de qualificação em 2016, se superados os obstáculos descritos e, sobretudo, os de natureza orçamentário-financeira.

O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa semelhante à utilizada no Ariane 4. No momento, de acordo com informações da ACS (fonte: <http://www.alcantaracyclonespace.com/forcustomers/project-status>), cerca de 78% do veículo lançador está fabricado e 73% já testado.

Meta: Implantar a infraestrutura geral e específica para o sítio do Cyclone-4 até 2014 (infraestrutura básica e urbanização, infraestrutura de redes e sistemas, interfaces com o CLA, Posto de Comando e prédio de armazenamento temporário de propelente).

Análise Situacional: A implantação da infraestrutura geral no CLA, bem como a específica para o sítio do Cyclone-4, tem como propósito principal construir uma infraestrutura no país capaz de dar suporte aos serviços de lançamentos comerciais da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), assim como dos lançamentos governamentais previstos no PNAE.

A modernização e atualização da infraestrutura do CLA, iniciada em 2001, vem sendo desenvolvida de forma lenta, tendo atingido em fins de 2013 um percentual de execução de 77,45% do total previsto como necessário. Em 2013, foi possível contratar e dar início às construções e obras do Prédio de Depósito de Propulsores, do Prédio de Controle de Preparação, do Posto Médico e da Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também à comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara. Como parte das compensações ambientais e sociais, foi também concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos daquele município, que, no entanto, deverá ser revisado e readequado por força da solicitação de readequação do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Iniciados em anos anteriores a 2013, foi possível ainda a conclusão em 2013 da reforma das instalações do Pelotão de Combate a Incêndio, dos estudos de requisitos adicionais para segurança de voo a serem incorporados ao Sistema LEADS (Leading Environmental Analysis and Display System) do CLA, bem como do Sistema de Interfonia Operacional-IO daquele Centro.

Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético-SIMO do CLA, a implantação do seu Sistema Integrado de Tratamento de Dados de Rastreamento – SITDR, a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

Quanto aos itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, alguns foram no passado incluídos nos contratos firmados pela ACS e passaram, posteriormente, à responsabilidade da AEB pelo seu financiamento, tendo em vista os entendimentos de que os mesmos fazem parte da responsabilidade do governo brasileiro por força do Tratado Brasil-Ucrânia. Dentre eles, podem ser citados o Posto de Comando (CP), o Prédio de Armazenamento Temporário de Propelentes (TSA) e as interfaces do sítio do Cyclone com o CLA.

No que diz respeito ao Posto de Comando (CP), cujo projeto básico e obra foram contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de reestudo e alteração do posicionamento da sua localização por motivos de segurança. Caso avancem rapidamente as negociações em curso do contrato da ACS com o consórcio de empresas contratado para a construção do sítio do Cyclone-4 (contrato 20/ACS/2010), estima-se que as obras a serem contratadas, após o término do projeto executivo, estejam concluídas até o início de 2016.

Da mesma forma, o Prédio de Armazenamento Temporário (TSA) de propelente, cujo projeto básico foi concluído em fins de 2012, teve o seu projeto executivo e obras contratados pela binacional ACS e durante o período teve sua construção iniciada (fundações). Também neste caso, espera-se que as obras sejam concluídas até o início de 2016, caso avancem rapidamente as discussões sobre o contrato 20/ACS/2010 e desde que não haja novas restrições orçamentárias.

A implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), da mesma forma que a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e no sítio de lançamento do Cyclone-4, que se encontram atrasadas em razão das fortes restrições orçamentárias já citadas e ao pouco avanço nas discussões sobre o contrato 20/ACS/2010. Não houve avanços nesta ação, pois ela está associada diretamente à conclusão de todas as obras civis e de redes e sistemas, tanto no CLA quanto no sítio do Cyclone-4.

Uma das principais restrições para o maior avanço da presente meta está nos recursos orçamentário-financeiros, que têm sido insuficientes e inconstantes ao longo de muitos anos. As questões de licenças ambientais, assim como os conflitos sociais com a comunidade de quilombolas contribuem também para o atraso da meta, o que retarda ainda mais os resultados buscados no Objetivo 0398, que trata de “Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)”, bem como no Objetivo 0397, que trata de “Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço”.

Meta: Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2015

Análise Situacional: O cumprimento desta meta depende da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também há dependência da aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação. Todas essas atividades encontram-se em andamento. Estima-se o início das operações comerciais em 2016, se as restrições orçamentárias não se constituírem também em outro óbice adicional.

Meta: Sítio do Cyclone-4 implantado, licenciado e certificado até 2014

Análise Situacional: O início da implantação do sítio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional ACS de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos, para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento. Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of ContainerTanks – TSA), que integram o sítio de lançamento do Cyclone-4. Com o início das obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizadas ao longo de 2011 e 2012, foi constatada que o capital de US\$ 497 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, é insuficiente para concluir todas as obras necessárias do sítio do Cyclone-4.

No ano de 2013, o Governo capitalizou a ACS em R\$ 50 milhões, correspondentes ao montante autorizado na LOA-2013. Além do valor previsto na LOA-2013, o Governo, em dezembro de 2013, autorizou a suplementação do capital da ACS em mais R\$ 150 milhões, por meio da Lei nº 12.911/13. Se superadas as dificuldades de elevação do capital da ACS para patamares acima daqueles já autorizados, considerados necessários à conclusão de todas as obras no curto prazo, estima-se que esta meta possa ser atingida no início de 2016, o que possibilitará o voo de qualificação do Cyclone-4, para o mesmo período.

Com vistas a obter o Certificado do Projeto do Complexo de Lançamento, a ACS submeteu à AEB, em 2013, o documento "Space Launch System Cyclone-4", contendo uma descrição do Projeto de Complexo Terrestre do Cyclone-4, documento este encaminhado à apreciação do Instituto de Fomento Industrial (IFI), credenciado pela AEB como Organismo de Certificação Espacial – OCE. Este documento, no entanto, estava incompleto, sendo necessária a apresentação de informações complementares.

Foi realizada também uma reunião com os integrantes do Grupo de Trabalho da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4 com a participação dos seguintes órgãos: AEB, INPE, IAE, IFI, CLA, ACS, YUZHNOYE com o propósito avançar as discussões e propor ações relacionadas com a obtenção dos Certificados de Segurança do Sítio do Cyclone-4. A Agência Espacial Estatal Ucrainiana (SSAU) não participou, infelizmente, da reunião, apesar de fazer parte do grupo e de ter sido convidada.

Como um dos resultados das discussões, foi a elaboração de um plano de trabalho com um cronograma para o envio dos documentos, por parte da ACS, necessários para a certificação do Complexo de Lançamento Cyclone-4. No momento, a AEB está aguardando o envio dos documentos acordados na reunião para dar prosseguimento às atividades de certificação.

As principais dificuldades encontradas para o cumprimento desta meta devem-se ao fato da complexidade de certificação do sítio do Cyclone-4, tendo em vista as características únicas e inerentes ao foguete Cyclone-4 e sua operação e, em relação ao CLA, à lentidão na análise da documentação referente à obtenção da licença de operação para o CLA no IBAMA.

Com relação à previsão de realizações para 2014, está prevista a revisão dos documentos submetidos pela ACS, pelo Grupo de Trabalho, bem como sua implementação; a contratação pela ACS de estudo e serviços de análise e gerenciamento de risco do complexo terrestre do Cyclone-4 e a regularização da Licença de Operação (LO) do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Objetivo: 0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos. Nesse contexto, destaca-se a conclusão das negociações e discussões com o CNPq para a montagem de um programa de 300 bolsas do Ciência sem Fronteiras voltados para o setor espacial. Como decorrência, foi estruturado na AEB portal do Programa Ciência Sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais, tais como ROSKOSMOS, JAXA, ESA, CRESDA e NASA, que atuarão como parceiros/facilitadores na implementação do programa. O início da etapa de formalização das candidaturas ocorreu em meados do segundo semestre de 2013 e a implementação, propriamente dita, das propostas de bolsas aprovadas deverá ocorrer em 2014, após processo seletivo estabelecido pelo CNPq.

Dentro do contexto do presente objetivo, devem ser destacados também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Além de inúmeros eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, no período de 2012 a 2013, capacitar mais de 800 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial.

Análise Situacional das Metas

Meta: Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa.

Análise Situacional: O curso de capacitação do Programa AEB Escola, intitulado “ESCOLA DO ESPAÇO”, teve sua primeira edição realizada no ano de 2009, no Centro de Lançamento de Alcântara–CLA, no estado do Maranhão. Nesta ocasião, o curso capacitou 80 professores da rede de ensino municipal (Alcântara e São Luís) e mais os docentes da escola mantida pelo CLA (Caminho das Estrelas). Após esta experiência, o curso foi aprimorado para ser ministrado em locais onde já existiam atividades espaciais, com o intuito de divulgar, nas redes de ensino municipal, estadual, federal e particular, as atividades que eram desenvolvidas naquela região, assim como inserir a comunidade neste contexto e, principalmente, despertar no aluno o interesse por esta área do conhecimento e incentivar a vocação e a formação de futuros pesquisadores, técnicos e empreendedores do país.

No ano de 2012, foram realizadas duas edições da “ESCOLA DO ESPAÇO”, direcionadas para os professores das redes de ensino municipal, estadual e federal. A seleção dos professores foi realizada pelas instituições parceiras, tais como secretarias estaduais ou municipais de educação, universidades estaduais e federais e institutos federais. No mês de junho deste ano ocorreu a II ESCBI, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno–CLBI, na cidade de Natal/RN, onde foram capacitados 116 professores locais. No mês de setembro, foi realizada a III ES–Cuiabá/MT, em que participaram 85 docentes. Já em novembro de 2012, foi realizada a VII Jornada Espacial, na cidade de São José dos Campos/SP. Este evento diferencia-se da Escola do Espaço, uma vez que seus participantes são selecionados a partir do resultado das Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica–OBA!, e os alunos que se classificam nas 50 primeiras colocações são convidados a participarem, juntamente com seus respectivos professores coordenadores da olimpíada em suas escolas, de uma semana de atividades inteiramente voltadas para as ciências espaciais. No ano de 2012, a Jornada contou com a participação de 48 professores e 57 alunos.

Em 2013, de acordo com o planejado, foram realizadas três edições da Escola do Espaço, tendo sido a primeira no mês de março na cidade de Natal/RN, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno–CLBI, a IV Escola do Espaço–CLBI, onde 70 professores participaram deste curso. Em abril deste mesmo ano, ocorreu a V Escola do Espaço–Cuiabá/MT, na qual 67 docentes foram capacitados. E, no mês de agosto, no Centro de Lançamento de Alcântara–CLA, foi realizada a VI Escola do Espaço onde foram capacitados 88 professores. Ainda em 2013, ocorreram dois cursos para Capacitação de Monitores, sendo o primeiro na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, o qual contou com 20 participantes. O segundo, realizado no mês de outubro na cidade de Brasília/DF, teve um total de 28 participantes.

Excepcionalmente no ano de 2013, foram realizadas duas edições da Jornada Espacial. Desde sua concepção, este evento foi realizado somente na cidade de São José dos Campos/SP, e em 2013, com a finalidade de atingir maior número de participantes e oferecer oportunidade de alunos e professores conhecerem a realidade de um centro de lançamento de foguetes, a segunda Jornada foi realizada no CLBI. A primeira, ocorrida no mês de novembro e realizada na cidade de São José dos Campos/SP, capacitou 40 professores e contou com a participação de 56 alunos. Já a segunda, contou com a participação 35 professores e 40 alunos.

Meta: Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa

Análise Situacional: Até dezembro de 2013 foram capacitados 128 (cento e vinte oito) bolsistas nas áreas de interesse do PNAE, tendo sido:

- 75 (setenta e cinco) especialistas, por meio do Edital AEB/MCTI/CNPq N° 33/2010 que tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para a formação, fixação, capacitação de recursos humanos e agregação de especialistas, que contribuam para o ensino e execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, associados aos projetos estratégicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE;
- 11(onze) especialistas das instituições UFMA, IFMA, CLA e AEB, que participaram do seminário intitulado “Seminar on Space Industrial Development” oferecido pela empresa estatal ucraniana Yuzhnoye com o objetivo de atualização na área técnica. O seminário teve apoio financeiro da AEB.

No referido seminário, participaram profissionais do INPE, UnB, UFSC, UFSC e DCTA.

- 02 (dois) especialistas em propulsão química de baixo empuxo do INPE de Cachoeira Paulista;
- 40 (quarenta) especialistas, do projeto ITASAT que tem como objetivo a fabricação, integração, testes e operação de micro satélite com aplicações tecnológicas.

Consideram como projetos de interesse/estratégicos do PNAE, aqueles relacionados diretamente com o desenvolvimento de veículos lançadores, satélites e seus equipamentos e sistemas de solo e operação e controle de centros de lançamento.

Em função da suplementação dos recursos no Edital AEB/MCTI/CNPq N° 33/2010 foi possível alcançar um número maior do que o previsto na meta.

Meta: Estruturar os conteúdos programáticos e a metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES).

Análise Situacional: No primeiro semestre de 2013 foi submetida à CAPES uma proposta de estruturação do curso de especialização. A CAPES, em resposta, solicitou a reformulação da proposta apresentada em um curso de mestrado profissional, visto a maior agregação de valor de um programa stricto sensu (mestrado profissionalizante) em relação a um de lato sensu (especialização).

No segundo semestre de 2013, iniciou-se o projeto de criação de um Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial). Este centro será materializado em 2014, sendo o primeiro no município de Alcântara/MA. Com este CVT-Espacial operacionalizado, serão redefinidas as disciplinas e o nível de qualificação mais adequado às premissas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir dessas redefinições poderá ser reformulada a proposta do curso de mestrado profissional e encaminhada novamente a CAPES.

Meta: Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais

Análise Situacional: No primeiro semestre de 2013, foram concluídas as negociações e discussões com o CNPq para a montagem de um programa de 300 (trezentas) bolsas do Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Foi estruturado portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais: ROSKOSMOS, JAXA, ESA, CRESDA, NASA, entre outras. No segundo semestre de 2013, para as modalidades de bolsa Graduação Sanduíche (SWG), Atração de Jovem Talento (BJT) e Pesquisador Visitante Especial (PVE), a AEB, após análise interna, enviou cartas de recomendação para melhor instruir os processos seletivos de inteira governança do CNPq. Na modalidade SWG, foram recebidas em 2013 98(noventa e oito) manifestações de interesse junto a AEB, dentre as quais foram encaminhadas 80(oitenta) cartas de recomendação e 18 (dezoito) cartas de não recomendação. A AEB está no aguardo dos resultados do CNPq para esta modalidade de bolsa e iniciará o recebimento de novas manifestações de interesse para o processo seletivo do CNPq de 2014. Nas modalidades BJT e PVE foram enviadas cerca de 10 (dez) cartas recomendando os candidatos, dentre as quais a AEB ainda aguarda informação do CNPq a respeito do número de bolsas implementadas. Nas modalidades de bolsa

Doutorado Sanduíche (SWE), Doutorado Pleno (GDE) e Pós-Doutorado no Exterior (PDE), cabe à AEB selecionar os candidatos, implementar e acompanhar as bolsas. Ainda está sendo elaborado o processo de seleção que será realizado para implementação dessas bolsas, porém a AEB tem recebido algumas manifestações de interesse em fluxo contínuo, não tendo ainda contabilizado o total de manifestações recebidas. Atualmente o portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial está sendo reestruturado para tornar as informações mais claras, objetivas e precisas. Espera-se que nos anos de 2014 e 2015 os processos de seleção das bolsas a serem implementadas pela AEB esteja bem estruturado e que a cota de bolsas do Ciência sem Fronteiras seja preenchida por completo.

Meta: Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais

Análise Situacional: No ano de 2012, o Programa AEB Escola apoiou a realização da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica-OBA! No envio das provas pelos Correios para cerca de 8.000 escolas. Neste ano, foi registrada a participação de aproximadamente 800.000 alunos. Ainda em 2012, o Programa participou da 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, na parte da SBPC Jovem e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCT/MCTI. No primeiro evento citado, a SBPC Jovem, realizada na cidade de São Luís/MA, no Campus da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, o Programa participou com estande montado na Escola Técnica vinculada à universidade. Durante a semana do evento, que ocorreu no período de 27 a 28 de julho, foram realizadas várias atividades voltadas para a temática espacial, dentre elas: minicursos nas áreas de foguetes e sensoriamento remoto e astronomia, bem como, oficinas do “Carrinho Foguete”, espectroscópio, construção e lançamento de foguetes de garrafa pet e ainda distribuição de materiais didáticos desenvolvidos pelo Programa AEB Escola. Foi divulgado que o evento geral teve um público próximo de 20.000 no estande, cerca de 3.000 pessoas visitaram ou desenvolveram alguma atividade.

Em relação à SNCT/MCTI – 2012, ocorrida em Brasília/DF no período de 15 a 21 de outubro de 2012, o Programa AEB Escola participou com atividades similares às desenvolvidas na SBPC Jovem, ou seja, minicursos, oficinas e distribuição de materiais. Neste evento, cerca de 2.500 visitantes marcaram presença no estande e, segundo a assessoria de comunicação do MCTI, 17.000 pessoas compareceram durante a semana do evento.

Em 2013, o Programa AEB Escola apoiou novamente a realização da OBA! com o envio das provas para 8.000 escolas em média, onde cerca de 800.000 participaram da Olimpíada fazendo a prova. Além deste evento, neste ano no mês de abril, ocorreu a SBPC Focal, que foi uma reunião especial voltada para a disseminação da ciência, educação e saúde para a população de Alcântara/MA, em diversas comunidades locais. Ocorrida no período de 22 a 26 de abril, a SBPC Focal, propiciou a realização de diversas atividades como, oficinas, curso e palestras e, para tanto, convidou o Programa AEB Escola para colaborar na execução de algumas destas atividades, principalmente oficinas e minicursos.

No período de 21 a 26 de julho de 2013, foi realizada na cidade de Recife/PE, no Campus da Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, a 65ª Reunião da SBPC. Seguindo a forma de atuação dos anos anteriores, o Programa AEB Escola, desenvolveu atividades práticas por meio das oficinas, apresentou minicursos e também neste ano, levou a Sonda Jaci II que é um robô controlado via WIFI e a Estação Meteorológica para fazerem parte das atividades de exposição no estande. De acordo com os materiais utilizados e distribuídos, estima-se que aproximadamente 3.500 pessoas tenham visitado o estande e o público geral da SBPC foi de quase 20.000 visitantes.

Já quanto à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/MCTI, ocorrida entre os dias 21 e 27 de outubro, no Pavilhão de Exposição do parque da Cidade, Brasília/DF, o estande foi visitado por aproximadamente 2.000 pessoas e o evento contou com a presença de quase 16.000 pessoas. As atividades no estande foram desempenhadas conforme nos eventos anteriores, sendo que a atividade principal foi a oficina de construção do carrinho foguete. As exposições de robótica, JACI II e a - A ESTAÇÃO METEOROLÓGICA foram muito procuradas pelo público em geral.

O Programa AEB Escola participou da “5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia”. No estande da agência, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais.

Objetivo: 0555 – Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais

Análise Situacional do Objetivo

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa. No âmbito das metas deste objetivo, cabe destacar, como uma das principais realizações, os importantes avanços, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), das discussões e definições dos aspectos técnicos, mecanismos e instrumentos que deverão ser utilizados e orientarão a estruturação e implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram na elaboração de um Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2013 entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space, que servirá de instrumento legal para garantir a efetiva transferência de tecnologia pela mencionada empresa estrangeira para o Brasil. O PATT somente estará completamente formulado por ocasião da conclusão da fase de Revisão Preliminar do Projeto (PDR) do satélite SGDC, prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2014. Um dos principais desafios para a implantação do PATT são os recursos necessários para o seu financiamento, estimado em R\$ 20 milhões para 2014, que não puderam ser consignados na LOA-2014.

As demais metas do objetivo relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo apenas destacar que a meta relativa ao desenvolvimento de lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no satélite Amazônia-1 já foi atingida.

No campo de desenvolvimento de plataformas e subsistemas de picosatélites, cabem ser destacados também a conclusão do modelo de voo do NANOSATC-BR1, do Centro Regional Sul de Pesquisa (INPE-CRS), bem como do picosatélite AESP-14, do INPE/ITA, que deverão ser lançados no primeiro semestre de 2014. Ainda, no âmbito do Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanosatélites (Serpens), está sendo concluído, por um consórcio de universidades brasileiras e estrangeiras, o desenvolvimento de um satélite 3U, com o objetivo de coleta de dados ambientais, a ser lançado no segundo semestre de 2014.

As restrições de caráter orçamentária, comum aos demais objetivos do programa, constituem também num aspecto crítico para a consecução das metas do presente objetivo.

Análise Situacional das Metas

Meta: Catalisador de hidrazina qualificado para voo

Análise Situacional: O catalisador, a ser empregado nos propulsores do satélite Amazônia – 1, já havia sido aprovado em testes de qualificação. No entanto, testes com o novo lote de catalisador preparado para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes não foi conclusiva. O resultado pode ser atribuído ao catalisador ou ao propulsor, provocado por algum problema durante o carregamento e/ou transporte/manuseio. De qualquer forma, os resultados dos testes sugeriram algumas modificações na etapa de síntese do precursor da alumina a fim de garantir uma maior reprodutibilidade do produto obtido. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do composto precursor da alumina empregada como suporte do catalisador dos propulsores da PMM (Plataforma Multi Missão), visando a sua utilização em missões futuras. Dificuldades estão sendo encontradas em função da escassez de mão de obra e de recursos orçamentários empregados nas etapas de preparação, caracterização e avaliação dos catalisadores (manutenção da infraestrutura e consumíveis). Para 2014, deve ser finalizada a etapa de otimização da metodologia de síntese do composto precursor da alumina, assim como, deve ser obtido um lote de alumina caracterizado para ser empregado em missões futuras da PMM.

Meta: Completar o desenvolvimento do Banco de Controle para lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA) suborbital em 2013

Análise Situacional: No 1º semestre de 2013 foi concluída e entregue a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR) do Banco de Controle (BC) do Veículo SARA Suborbital, bem como o seu Projeto Preliminar (PDR). No 2º semestre foi feita a Revisão Crítica do Projeto (CDR) e dado início à integração dos componentes do BC, com previsão de entrega para o final de 2013. No entanto, em decorrência das dificuldades nos processos de importação de componentes e equipamentos do BC, bem como das necessidades de estudos adicionais quanto ao local do lançamento do SARA, houve a necessidade de prorrogar esta fase para março de 2014, com previsão da realização dos testes funcionais do BC integrado à plataforma do SARA para ocorrer no mês de maio de 2014.

Meta: Completar o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75

Análise Situacional: Em 2013, foram realizadas dezenas de aquisições de materiais e serviços, em conformidade com o Plano de Trabalho do convênio FUNDEP, ocorrendo a contratação das empresas responsáveis pelo desenvolvimento e fabricação dos subsistemas (turbobomba e câmara de empuxo) e implementação do banco de ensaios de bombas. Com a formalização do interesse de parceiro estrangeiro no projeto, foi realizada PDR complementar com a participação do DLR/ASTRIUM onde foi definida a necessidade de reprojeto do motor para a versão etanol/LOX, o que foi concluído ainda em 2013, por meio da elaboração da especificação e plano de desenvolvimento da versão etanol em parceria com o DLR; ocorreu o início da execução dos contratos para desenvolvimento da turbobomba e da câmara de empuxo; início da implantação do banco hidráulico para ensaio de bombas e a preparação para ensaios a quente do gerador de gás. O DLR realizou a revisão completa do projeto e também concluiu a infraestrutura que possibilitará os testes da câmara de combustão e turbobomba nas suas instalações, já que no Brasil não há possibilidade de testar esses componentes do Motor L75.

Meta: Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas

Análise Situacional: Tecnologias críticas são aquelas essenciais para capacitar o País a utilizar as aplicações espaciais de interesse nacional independentemente de cerceamentos tecnológicos. Algumas dessas tecnologias já são dominadas no País, mas é necessária uma política espacial que garanta a sua sustentabilidade e manutenção.

Com intuito de implementar um programa de Tecnologias Críticas, nos anos de 2012 e 2013 foi elaborada uma minuta para o referido programa.

Após o estudo e a elaboração da lista inicial de tecnologias críticas, foi realizado o alinhamento de ações com um gerenciamento efetivo do portfólio de projetos pertinentes do PNAE (projeto SERPENS, Programa Uniespaço, Programa Microgravidade, Editais do CNPq, encomendas da FINEP e ações orçamentárias de pesquisa e desenvolvimento nos órgãos executores) no sentido de acelerar o desenvolvimento de tecnologias críticas niveladoras com o auxílio do conhecimento contido na carteira de projetos. Com isso foram lançados novos editais dos programas Uniespaço e Microgravidade dos quais foram 46(quarenta e seis) apresentados e 26(vinte seis) aprovados e contratados pelo UNIESPAÇO e 5 (cinco) no MICROGRAVIDADE. Ainda em 2013 foram lançados novos editais com a seleção de projetos prevista no ano de 2014. A proposta final para o programa será apresentada ao Conselho Superior da AEB na primeira reunião ordinária, prevista para março de 2014.

Meta: Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)

Análise Situacional: Em 2013, foram concluídas, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto SGDC, as discussões e definições das estratégias e aspectos técnicos que deverão orientar a implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram com a elaboração de um Memorando de Entendimento (MoU), assinado entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space em meados de dezembro de 2013, que tem como objetivo criar um instrumento legal capaz de dar ao governo brasileiro garantias de que os itens de transferência de tecnologia pela Thales Alenia serão implementados ao longo do desenvolvimento do SGDC. A assinatura desse MoU foi feita concomitantemente com a assinatura do contrato, entre a Visiona e Thales Alenia, de fornecimento do satélite SGDC.

O PATT somente estará completamente formulado por ocasião da conclusão da fase de Revisão Preliminar do Projeto (PDR) do satélite SGDC, prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2014. Um dos principais desafios para a implantação do PATT são os recursos necessários para o seu financiamento, estimado em R\$ 20 milhões para 2014, que não puderam ser consignados na LOA-2014.

Meta: Concluir estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa

Análise Situacional: Este projeto não evoluiu nos últimos anos devido a restrições orçamentárias.

Meta: Desenvolver plataformas e subsistemas de microssatélites e realizar um lançamento até 2015 (ITASAT)

Análise Situacional: No primeiro semestre de 2013 foi realizada uma avaliação do projeto ITASAT por consultoria internacional. Esta recomendou uma série de melhorias em aspectos técnicos e gerenciais do projeto. A partir deste diagnóstico, a AEB iniciou um processo de revisão dos planos do projeto com o objetivo de reorientá-lo e alinhar as expectativas da missão aos recursos orçamentários e humanos disponíveis para o seu desenvolvimento. O grau de complexidade do satélite foi reduzido de forma que o desenvolvimento do mesmo cumpra os cronogramas físicos e financeiros propostos após a revisão internacional. Foi escolhido um novo coordenador para o programa.

Meta: Desenvolver plataformas e subsistemas de picossatélites e realizar dois lançamentos até 2015

Análise Situacional: No primeiro semestre de 2013 foi ultimado o modelo de voo do NANOSATC-BR1, do Centro Regional Sul de Pesquisa (INPE-CRS), que foi testado no INPE no segundo semestre. Também foi instalada uma estação de solo em Santa Maria/RS, para o rastreamento deste satélite. Foi contratado o lançamento do referido satélite pelo satélite russo DNEPR para junho de 2014.

Com relação ao picossatélite CONASAT, do Centro Regional do Nordeste (INPE-CRN), o projeto foi redefinido e o grupo de trabalho deve desenvolver um transponder de coleta de dados, que poderá ser embarcado no ITASAT e nas demais missões de picossatélites.

Quanto ao picossatélite AESP-14, do INPE/ITA, foi desenvolvido um modelo de engenharia, que foi testado no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE no segundo semestre. O lançamento do referido satélite também foi contratado e possivelmente ocorrerá em junho de 2014.

Devido às prioridades estabelecidas pela AEB, os 2 picossatélites sob a responsabilidade do LSI-TEC/USP foram descontinuados.

No segundo semestre de 2013 foi lançada a missão SERPENS, executada por um consórcio de universidades brasileiras e do exterior (UnB, UFSC, UFABC, UFMG, Universidade de Vigo-Espanha, Universidade Estadual Politécnica da Califórnia e Universidade Estadual de Morehead, ambas dos EEUU). Trata-se de um satélite 3U com objetivo principal de realizar coleta de dados ambientais. Todos os subsistemas do satélite já foram contratados. A integração e testes do satélite ocorrerão no segundo semestre de 2014. O lançamento do mesmo já está contratado e ocorrerá no veículo DNEPR ou a partir da Estação Espacial Internacional ainda no primeiro semestre de 2014.

Meta: Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria

Análise Situacional: Como em 2012 a meta foi totalmente cumprida no que tange à aplicação para o satélite Amazônia 1, a mesma tecnologia foi empregada, em 2013, para peças do satélite Lattes. Sendo assim, ocorreu o revestimento de 12 peças do satélite Lattes com diamante DLC como lubrificante sólido e testes em vácuo confirmaram o baixo coeficiente de atrito. O grande desafio enfrentado para estas realizações foi a escassez de recursos humanos.

Com relação ao processo de transferência de tecnologia junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INPE, este ficou suspenso por questões técnico-jurídicas.

Para 2014, pretende-se realizar estudos de aprimoramento da aderência do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas, além de testes tribológicos do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas. Além disso, será retomado o processo de transferência da tecnologia para a indústria.

Meta: Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado

Análise Situacional: Para a fabricação do microgiroscópio de silício é necessário que o Reator de Corrosão a Plasma – DRIE esteja operacional, e também que o restante da infraestrutura de microfabricação esteja recuperada, e em parte modificado para atender os requisitos. O reator foi adquirido em 2012, mas ainda não está funcionando porque a infraestrutura de periféricos necessária (ar condicionado, sistema de refrigeração, sistema de gases, controle de temperatura e umidade, etc.) não está completa. O principal motivo foi o tempo consumido na instalação e manutenção da infraestrutura e em processos de compras, demorados por natureza. O Plano de Trabalho para 2013, para maximizar a sensibilidade do giroscópio dado uma largura de banda (ou vice-versa), a partir da escolha de dimensões críticas do design, não foi concluído por carência de pessoal. Para 2014, pretende-se finalizar a operacionalização dos processos de litografia, finalizar a instalação do reator DRIE e marcar o seu comissionamento, bem como desenhar o layout das máscaras para um giroscópio e fabricar sua microestrutura.

Meta: Motor iônico qualificado

Análise Situacional: Em 2013, os catodos ocos foram testados com a infraestrutura montada em 2012, apresentando resultados operacionais promissores. Os testes de catodos ocos utilizando gás xenônio como propelente tiveram como resultado o alcance do funcionamento em modo "spot", que é o modo operacional em propulsores iônicos. Com a utilização dos novos catodos ocos, espera-se evoluir no modelo de qualificação dos propulsores iônicos.

Os desafios para implementação giraram em torno das sérias dificuldades na importação de insumos e componentes sensíveis para tecnologia espacial, como por exemplo, o nitreto de alumínio, material de alta condutividade térmica, que não foi adquirido por ausência de empresa participante na concorrência internacional. Assim, esse processo de compra será feito em 2014. Em 2014, espera-se também desenvolver atividades de fabricação e montagem do novo protótipo de propulsor iônico com 5 cm de diâmetro, utilizando os catodos ociosos desenvolvidos, assim como testá-lo. Para tanto, também será necessário treinar novos técnicos mecânicos, pois os que vinham exercendo esta função tiveram o período de contratação mediante bolsa expirado.

Objetivo: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico

Análise Situacional do Objetivo

Um importante marco de realização com vistas à consecução do presente objetivo está na conclusão dos trabalhos de análise das propostas de empresas estrangeiras para o fornecimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Esta realização possibilitou a concretização do contrato de fornecimento, assinado entre a Visiona e a empresa Thales Alenia Space em 12/12/2013, e o imediato início dos trabalhos de fornecimento do satélite SGDC. Associado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE concluiu o estudo para a expansão das suas instalações, de modo a possibilitar a realização de testes de satélites geoestacionários de telecomunicações de grande porte, bem como de satélites de observação da Terra óticos e radar, meteorológicos e dos demais previstos para o atendimento do PNAE, do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) do Ministério da Defesa, e das próximas etapas do programa SGDC. Estimado em R\$ 185 milhões, o projeto contará, para sua primeira fase, com um apoio da FINEP no montante de R\$ 45 milhões.

Ao lado dessa realização, cabe ser destacado também os esforços despendidos no decorrer de 2013 para superar os problemas técnicos detectados nos conversores híbridos DC/DC usados na fabricação de parte dos equipamentos do satélite CBERS-3, de modo a deixar o mesmo em regime de prontidão para ser lançado em fins de 2013. Malgrado esses esforços, por motivo de falha no 3º estágio do veículo lançador, o satélite CBERS-3 não foi colocado em sua órbita correta, provocando a sua reentrada na atmosfera da Terra. Durante o curto período em que o satélite esteve em órbita foi possível observar que o satélite operava conforme o previsto. Este acontecimento levou à decisão de antecipar o lançamento do satélite CBERS-4, passando de 2015 para dezembro de 2014.

No que concerne ao satélite CBERS-4, as maiores dificuldades encontradas durante a fabricação dos equipamentos já foram também superadas, tendo, até o final de 2013, sido produzidos e entregues 91% dos seus equipamentos. Restam ainda a entrega dos equipamentos do sistema de telemetria, rastreamento e comando (TTCS) e do painel solar (SAG), a serem seguidos, posteriormente, dos trabalhos de teste e integração do satélite CBERS-4, sendo que os serviços de lançamento já foram contratados. No âmbito da cooperação estratégica com a China, cabe ser destacado também o Plano Decenal de Cooperação no Setor Espacial para o período de 2013 a 2022, firmado na 3ª reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), ocorrida em 06/11/2013 em Cantão-China, o qual ampliará e diversificará ainda mais as oportunidades de cooperação com aquele país na área espacial.

Quanto ao desenvolvimento do satélite Amazônia-1, os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil ainda permanecem. Restrições decorrentes da inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico, da falta de pessoal e de recursos orçamentários vêm acarretando atrasos no desenvolvimento do projeto. Não obstante esses fatos, foi possível, no entanto, quanto à carga útil, disponibilizar os equipamentos de testes relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle). Foi realizada também, entre outros, a campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE, assim como foi disponibilizada a estrutura do módulo de carga útil do modelo de voo e a qualificação do subsistema OBDH.

No contexto do presente objetivo, cabe ser destacado ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, cuja infraestrutura está praticamente toda concluída, encontrando-se já em fase inicial de operação, emitindo relevantes boletins com a previsão de ocorrência de tempestades geomagnéticas, bolhas de plasma e perturbações na ionosfera, que podem afetar desde o funcionamento de satélites em órbita da Terra, até o uso de receptores GPS na superfície.

As principais restrições encontradas no conjunto das metas do presente objetivo residem na inadequação da legislação para contratação de projetos de desenvolvimento tecnológico, bem como na falta de pessoal existente na AEB e INPE e na insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, que, além de retardar o desenvolvimento dos projetos, vêm levando também à necessidade de adiamento do início de outros importantes projetos estratégicos de interesse nacional, tais como os estudos necessários para o início do desenvolvimento dos satélites radar e de meteorologia, com maior participação da indústria nacional, como estabelecidos no PNAE.

Análise Situacional das Metas

Meta: Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários

Análise Situacional: O Laboratório completou o estudo para capacitar-se para testar satélites geoestacionários de telecomunicações de grande porte, bem como satélites de observação da Terra óticos e radar, meteorológicos e os demais previstos para o atendimento do PNAE, do PESE e das próximas etapas do programa SGDC. O estudo concluiu por ampliação de instalações em cerca de 10.000m² de área, com investimento de R\$185 milhões e a contratação de 50 servidores, ao longo de 5 anos. Este estudo deu origem a um Termo de Referência preparado pelo MCTI, alinhado com a ENCTI 2012-2015, para uma encomenda de projeto junto à FINEP no valor de R\$45 milhões, correspondendo aos investimentos necessários para os dois primeiros anos do projeto. A encomenda foi efetuada junto à FINEP, resultando em um convênio entre FINEP, INPE e FUNCATE, assinado em dezembro de 2013, com previsão de liberação de R\$10 milhões no primeiro ano de trabalho e de R\$45 milhões no segundo ano. Entretanto, os recursos financeiros da FINEP não foram liberados em 2013, o que já provocou atraso no cronograma do projeto. Este adiamento implica em atraso na contratação das assessorias e empresas de projetos e consequentemente no início das obras civis e instalações, bem como no processo de aquisição dos principais meios de testes. Para 2014, a expectativa é da contratação de assessorias para suporte à elaboração do projeto das instalações e dos requisitos para aquisição dos principais meios de testes, além da contratação de projetista para a elaboração do projeto básico e do projeto executivo para as obras civis e instalações dos edifícios da expansão. Por fim, há a expectativa para a contratação de empreiteira para as obras civis e instalações dos edifícios da expansão.

Meta: Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional

Análise Situacional: Estudo não iniciado por motivos de falta de pessoal e de recursos orçamentários. O início do desenvolvimento da meta somente ocorrerá em 2014, caso essas restrições sejam superadas.

Meta: Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional

Análise Situacional: Projeto com andamento suspenso em função da limitação de recursos orçamentários e de pessoal no INPE. Apesar dessas restrições, foi possível preparar o ambiente de gestão informatizada de documentos para uso no projeto, necessário ao desenvolvimento da fase inicial do projeto. Em 2014, caso superadas essas restrições, pretende-se iniciar os estudos da Pré-Fase A (ou Fase Zero) do projeto do satélite radar.

Meta: Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos

Análise Situacional: O satélite CBERS-3 foi submetido aos testes elétricos e ambientais. O lançamento do satélite foi reprogramado para o segundo semestre de 2013 devido aos problemas técnicos detectados nos conversores híbridos DC/DC usados na fabricação de parte dos equipamentos do satélite.

Embora as atividades tenham sido reprogramadas, a previsão era que a meta seria cumprida integralmente em 2013 com o lançamento do satélite em dezembro de 2013, o que de fato ocorreu. Infelizmente, uma falha no foguete chinês Longa-Marcha 4B impediu que o satélite CBERS-3 fosse colocado em sua órbita correta, provocando a reentrada do satélite na atmosfera da Terra. Face ao acontecido, decidiu-se antecipar o lançamento do CBERS-4 de dezembro de 2015 para dezembro de 2014. Esta meta deverá ser alcançada, já que 91% dos equipamentos do CBERS-4 foram concluídos, assim como seu lançador foi contratado.

Meta: Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1

Análise Situacional: Em 2013, os satélites Amazônia-1 e 1B estiveram com seu desenvolvimento atrasado por restrições de recursos humanos e inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico. Além disso, contratações essenciais para o andamento do Programa não prosperaram em 2013. Mesmo assim, foram disponibilizados os equipamentos de Testes (em nível de Sistema) relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle); foi realizada a campanha de teste integrado AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE; foi disponibilizada a Estrutura do Módulo de Carga Útil do modelo de voo; foi concluída a qualificação do Subsistema OBDH; e foi definido o Sistema de Detecção de Falhas (FDIR) para a fase de lançamento.

Meta: Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013

Análise Situacional: Por motivo de restrições orçamentárias, com redução em quase 50 % do originalmente previsto, não foi possível realizar os investimentos com as infraestruturas básicas necessárias, tendo sido executadas, em 2013, apenas ações de operação associadas ao monitoramento do clima espacial. Entre essas ações foi contratado o serviço de manutenção de software de monitoramento e previsão do clima espacial, bem como foram finalizadas as instalações de equipamentos comprados em 2012. Além disso, os pesquisadores colaboradores do Programa Embrace/INPE disponibilizaram as informações relevantes sobre o clima em boletins diários, atas de reuniões e comunicados à imprensa, quando aplicável. Finalmente, foi realizado um workshop com usuários de produtos de clima espacial. As três classes de desafios para execução desta ação, observadas em 2012, permaneceram em 2013.

São elas:

(1) Para a implementação de sítios de coleta há restrições operacionais pela baixa qualidade ou inexistência de serviços de internet e/ou energia, além da dificuldade logística para o transporte dos sistemas até o sítio.

(2) Nos processos de compra há uma excessiva demora nos trâmites dos processos que exigem pareceres jurídicos, o que pode comprometer a execução final e não estão dentro do nosso alcance de ação.

(3) Devido ao alto grau de tecnologia envolvida, grande parte dos fornecedores dos suprimentos tecnológicos necessários ao Programa é estrangeira. Com isso, há necessidade de processos licitatórios internacionais e demasiada demora nos processos de nacionalização para entrega. Apesar de todas essas restrições o Programa ainda conseguiu consolidar a parceria INPE-NOAA através do estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites COSMIC, aumentando a capacidade de monitoramento da América do Sul para o globo terrestre.

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
Código	20UZ					Tipo: Atividade
Título	Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial					
Iniciativa	02NC Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais					
Objetivo	0702 Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.					
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24205 Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.162.192	34.162.192	31.628.538	17.227.880	16.793.505	434.376	14.408.547
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Infraestrutura mantida		unidade	6,00			6,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Fonte: SIAFI-Gerencial						

Identificação da Ação						
Código	20V0					Tipo: Atividade
Título	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites					
Iniciativa	016E Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais					
Objetivo	0397 Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.					
Programa	Política Espacial			Código: 2056		Tipo:
Unidade Orçamentária	24205 Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.253.078	28.253.078	26.521.060	25.199.516	24.985.413	214.103	1.322.267
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado		unidade	13,00			11,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Fonte: SIAFI-Gerencial						

Identificação da Ação							
Código	20VB					Tipo: Atividade	
Título	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial						
Iniciativa	024U Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional						
Objetivo	0555 Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.						
Programa	Política Espacial			Código: 2056		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24205 Agência Espacial Brasileira						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
38.647.000	38.647.000	35.781.404	21.475.947	21.453.401	22.546	14.310.483	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto apoiado		unidade	156,00			199,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
Fonte: SIAFI-Gerencial							

Identificação da Ação							
Código	20VC					Tipo: Atividade	
Título	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites						
Iniciativa	02NB Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais						
Objetivo	0702 Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Programa	Política Espacial			Código: 2056		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24205 Agência Espacial Brasileira						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
87.705.598	87.705.598	86.881.697	37.325.746	37.042.210	283.536	49.555.951	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto apoiado		unidade	9,00			8,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
Fonte: SIAFI-Gerencial							

Identificação da Ação						
Código	7F40					Tipo: Projeto
Título	Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA					
Iniciativa	0160 Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)					
Objetivo	0398 Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).					
Programa	Política Espacial			Código: 2056		Tipo:
Unidade Orçamentária	24205 Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
90.699.455	90.699.455	86.701.211	25.255.620	25.255.620	-	61.458.672
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Infraestrutura implantada			% exec fis	11,00		9,50
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
62.017.212,40	16.461.729,93	-	Infraestrutura implantada	% exec fis	77,45	
Fonte: SIAFI-Gerencial						

Análise situacional das ações orçamentárias

Ação 20UZ – Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial

Análise Situacional: Os recursos orçamentários foram aplicados no apoio ao desenvolvimento e operação de satélites, compreendendo o Laboratório de Integração e Testes (LIT), o Centro de Rastreamento e Controle (CRC) e Processamento de Imagens (OBT) do INPE, bem como na adequação e na manutenção da infraestrutura operacional de apoio ao desenvolvimento e lançamento de veículos espaciais, compreendendo os institutos de pesquisa e desenvolvimento (IAE) e os Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI). Essas infraestruturas vêm sendo mantidas, mas não estão sendo atualizadas e expandidas nos níveis desejados, em decorrência das limitações de recursos. Há um esforço para, através de recursos de outras fontes, buscar uma ampliação e atualização da infraestrutura do LIT, de modo a capacitá-la a integrar e realizar testes de satélites geostacionários de grande porte. Apesar da meta física da ação ter sido cumprida 100%, com o apoio às seis infraestruturas mencionadas, a ação carece de maiores recursos para poder manter essas infraestruturas ampliadas, modernizadas e atualizadas, frente aos desafios dos projetos, cada vez mais complexos tecnologicamente, que se impõe ao programa espacial.

A execução orçamentária verificada foi dentro do limite orçamentário concedido para a emissão de empenho. O valor empenhado alcançou 92,58% da dotação. O baixo nível de pagamento e o alto valor inscrito em restos a pagar devem-se a dois fatores: contratos que envolvem P&D e uma programação financeira restritiva durante o exercício. Os contratos de P&D, na maioria dos casos, vão ultrapassar o exercício financeiro e não temos como alterar essa execução. Já os pagamentos sofreram com a falta de recursos, uma vez que a setorial do MCTI não atendeu as demandas da AEB. Então, foi inevitável a inscrição de restos a pagar. A constante inscrição de restos a pagar vem comprometendo negativamente a programação financeira do exercício, uma vez que os RP chegam a 60% da programação financeira. Não temos uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

Ação 20V0 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites

Análise Situacional: A ação tem por finalidade o apoio à realização de estudos, projetos e revisão, fabricação, integração, ensaios, análises de conformidade e operação de veículos lançadores, e desenvolvimento de tecnologias e soluções de engenharia, fabricação e ensaios em solo de sistemas e subsistemas de protótipos de foguetes suborbitais, bem como de dispositivos e meios de solo para testes e lançamento, com crescente participação industrial. Os recursos disponibilizados permitiram a continuidade do desenvolvimento dos subsistemas do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), bem como o apoio às atividades de desenvolvimento e preparação do VLS-1 para o voo VSISNAV, previsto para 2014, compreendendo, especificamente, o desenvolvimento de todos os sistemas para término do Mockup de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV. A ação apoiou também projetos de lançamento de um total de 9 foguetes, sendo que quatro deles ocorreram no exterior - dois no Centro de Lançamento de Esrange (Suécia) e dois no Centro de Lançamento de Andoya - ARR (Noruega) - e destinaram-se à realização de experimentos em ambiente de microgravidade. Os cinco lançamentos restantes foram de foguetes de treinamento no CLA e CLBI. Não foi atingido o total da meta estabelecida no final do exercício, tendo em vista a falha ocorrida no lançamento do VS-30 realizado em setembro de 2013 na Noruega, o que levou a um adiamento para 2014 dos demais lançamentos programados para o exercício, por força do "recall" de todos os motores S30. Não obstante o cumprimento, do ponto de vista quantitativo, quase total da meta física estabelecida na presente ação orçamentária, cabe observar que, do ponto de vista qualitativo, a limitação de recursos orçamentários desta ação levou à estagnação ou a sucessivas prorrogações do cumprimento de diversas metas estabelecidas nos Objetivos 0397 – “Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço” e 0398 – “Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)”, retardando ainda mais os resultados buscados nesses objetivos estratégicos, como pode ser verificado nos Quadros A.2.2.2 acima.

A execução orçamentária verificada foi dentro do limite orçamentário concedido para a emissão de empenho. O valor empenhado alcançou 93,87% da dotação. O alto nível de pagamento ocasionou uma baixa inscrição em restos a pagar. Essa ação envolveu convênios firmados com a FUNDEP para o gerenciamento de vários projetos em P&D. Também houve uma programação financeira restritiva durante o exercício, mas não impactou a presente ação, uma vez que os projetos são prioritários do PNAE. A constante inscrição de restos a pagar vem comprometendo negativamente a programação financeira do exercício, uma vez que os RP chegam a 60% da programação financeira. Não temos uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

Ação 20VB – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial

Análise Situacional: A ação deu continuidade à execução e consolidação de diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor espacial, envolvendo, entre outros, os programas Uniespaço e Microgravidade da AEB, as tecnologias associadas a veículos lançadores e satélites, o desenvolvimento e lançamento de satélites tecnológicos de pequeno porte, as previsões de clima espacial, o processamento e distribuição de imagens, o apoio a pesquisas na área de ciências espaciais e o programa AEB-Escola. Esta ação orçamentária é base para o cumprimento do Objetivo 0555 do atual programa temático, que trata da “ampliação do domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais”. Não obstante a relevância estratégica deste objetivo para o programa temático, envolvendo especialmente a academia e a indústria, esta ação é a que sofre maiores restrições orçamentárias frente às demandas dos outros projetos prioritários definidos como estruturantes e mobilizadores (satélites e veículos lançadores). Ainda que do ponto de vista quantitativo, a meta física da ação tenha sido superada na sua execução final (157,9%), em grande parte decorrente dos projetos de pesquisas na área de ciências espaciais, os seus resultados estão ainda aquém dos impactos e resultados esperados pelo programa, especialmente frente aos novos desafios tecnológicos de sistemas espaciais, que se apresentam de forma cada vez complexos e avançados por força da evolução dos programas espaciais de outros países mais desenvolvidos. Este fato amplia cada vez mais o “gap tecnológico” existente entre o Brasil e outros países mais desenvolvidos na área.

A execução orçamentária verificada foi dentro do limite orçamentário concedido para a emissão de empenho. O valor empenhado alcançou 92,59% da dotação. O baixo nível de pagamento e o alto valor inscrito em restos a pagar devem-se a dois fatores: contratos que envolvem P&D e uma programação financeira restritiva durante o exercício. Os contratos de P&D, na maioria dos casos, vão ultrapassar o exercício financeiro e não temos como alterar essa execução. Já os pagamentos sofreram com a falta de recursos, uma vez que a setorial do MCTI não atendeu as demandas da AEB. Então, foi inevitável a inscrição de restos a pagar. A constante inscrição de restos a pagar vem comprometendo negativamente a programação financeira do exercício, uma vez que os RP chegam a 60% da programação financeira. Não temos uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

Ação 20VC – Desenvolvimento e Lançamento de Satélites

Análise Situacional: A ação busca apoiar projetos estruturantes e mobilizadores no segmento de satélites e os recursos alocados permitiram, do ponto de vista quantitativo, o apoio a um total de 7 projetos, atingindo 78% da meta, e que compreende os satélites CBERS-3, CBERS-4, Amazônia-1, Lattes, Global Precipitation Measurement (GPM), Radar e SABIA-Mar. Não obstante esse elevado nível de alcance da meta estabelecida para a presente ação orçamentária na LOA, deve ser observado, a exemplo das outras ações já acima relatadas, que as restrições de natureza orçamentária-financeira, à exceção dos satélites de observação da Terra da série CBERS, vêm impondo novos e constantes atrasos no conjunto restante dos projetos do programa. Estas restrições vêm inibindo inclusive o desenvolvimento de outras iniciativas de estudos de concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais, tais como o satélite radar e de meteorologia, conforme podem ser observados nos quadros A.2.2.2. Todos esses atrasos retardam e colocam o país cada vez mais distante dos resultados buscados no Objetivo 0702, que busca “realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico”.

A execução orçamentária verificada foi dentro do limite orçamentário concedido para a emissão de empenho. O valor empenhado alcançou 99,06% da dotação. O baixo nível de pagamento e o alto valor inscrito em restos a pagar devem-se a dois fatores: contratos que envolvem P&D e uma programação financeira restritiva durante o exercício. Os contratos de P&D, na maioria dos casos, vão ultrapassar o exercício financeiro e não temos como alterar essa execução. Já os pagamentos sofreram com a falta de recursos, uma vez que a setorial do MCTI não atendeu as demandas da AEB. Então, foi inevitável a inscrição de restos a pagar. A constante inscrição de restos a pagar vem comprometendo negativamente a programação financeira do exercício, uma vez que os RP chegam a 60% da programação financeira. Não temos uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

Ação 7F40 – Implantação do Complexo Espacial de Alcântara – CEA

Análise Situacional: A ação tem como finalidade a construção das obras complementares da infraestrutura geral do CLA para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais. A ação visa atender também a medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental. Busca implantar um Centro Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Centro com as das comunidades locais, evitando a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.

Os recursos alocados permitiram a contratação e o início, ainda em 2013, das construções e obras no CLA, como parte da sua infraestrutura geral, compreendendo o Prédio de Depósito de Propulsores, o Prédio de Controle de Preparação, o Posto Médico e a Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também a comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara. Como parte das compensações ambientais e sociais foi também concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduo Sólido daquele município, que deverá ser revisado e readequado, por força da solicitação de readequação do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Iniciados em anos anteriores a 2013, foi possível ainda a conclusão em 2013 da reforma das instalações do Pelotão de Combate a Incêndio, dos estudos de requisitos adicionais para a segurança de voo a serem incorporados ao Sistema LEADS (Leading Environmental Analysis and Display System) do CLA, bem como do Sistema de Interfonia Operacional-IO do CLA.

Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético (SIMO) do CLA, a implantação do seu Sistema Integrado de Tratamento de Dados de Rastreamento (SITDR), a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

As obras complementares do Aeródromo do CLA, que incluem Pátio de Aeronaves, Terminal de Cargas (TECA), Terminal de Passageiros (TPS), Pista de Táxi 1 e 2, Estrada de Acesso, além dos equipamentos de solo necessários para o completo funcionamento operacional do aeródromo foram iniciadas, mas tiveram seu contrato de obras suspenso para reanálise de seus custos.

No conjunto dos investimentos feitos por esta ação orçamentária, constam também itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, alguns incluídos no passado nos contratos firmados pela ACS, e que passaram, posteriormente, à responsabilidade da AEB pelo seu financiamento, tendo em vista os entendimentos de que os mesmos fazem parte da responsabilidade do governo brasileiro por força do Tratado Brasil-Ucrânia. Dentre eles, podem ser citados o Posto de Comando (CP), o Prédio de Armazenamento Temporário de Propelentes (TSA) e as interfaces do sítio do Cyclone com o CLA. Caso avancem rapidamente as negociações em curso do contrato da ACS com o consórcio de empresas contratado para a construção do sítio do Cyclone-4 (contrato 20/ACS/2010), estima-se que estas obras estejam concluídas até o início de 2016.

Essas realizações possibilitaram o alcance de uma execução da meta física da ação de 9,5% em relação ao previsto na LOA-2013, atingindo de forma acumulada uma execução total de 77,45%, desde o início do projeto em 2001. Uma das principais restrições para o maior avanço do projeto está nos recursos orçamentário-financeiros, que têm sido insuficientes e inconstantes ao longo de muitos anos. As questões de licenças ambientais, assim como os conflitos sociais com a comunidade de quilombolas, contribuem também para o atraso do projeto, retardando principalmente os resultados buscados no Objetivo 0398, que trata de “Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)”.

A execução orçamentária verificada foi dentro do limite orçamentário concedido para a emissão de empenho. O valor empenhado alcançou 95,59% da dotação. O baixo nível de pagamento e o alto valor inscrito em restos a pagar devem-se a dois fatores: contratos que envolvem P&D e uma programação financeira restritiva durante o exercício. Os contratos de P&D, na maioria dos casos, ultrapassam o exercício financeiro e não tem como alterar essa execução. Já os pagamentos sofreram com a falta de recursos, uma vez que a setorial do MCTI não atendeu as demandas da AEB. Então, foi inevitável a inscrição de restos a pagar. A constante inscrição de restos a pagar vem comprometendo negativamente a programação financeira do exercício, uma vez que os RP chegam a 60% da programação financeira. Não existe uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

A execução orçamentária verificada foi dentro do limite orçamentário concedido para a emissão de empenho. O valor empenhado alcançou 95,59% da dotação. O baixo nível de pagamento e o alto valor inscrito em restos a pagar devem-se a dois fatores: contratos que envolvem P&D e uma programação financeira restritiva durante o exercício. Os contratos de P&D, na maioria dos casos, vão ultrapassar o exercício financeiro e não temos como alterar essa execução. Já os pagamentos sofreram com a falta de recursos, uma vez que a setorial do MCTI não atendeu as demandas da AEB. Então, foi inevitável a inscrição de restos a pagar. A constante inscrição de restos a pagar vem comprometendo negativamente a programação financeira do exercício, uma vez que os RP chegam a 60% da programação financeira. Não temos uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade.

Indicadores Institucionais

Índice de Execução Orçamentária – IEO

Unidade de Medida: Percentual

Fórmula de cálculo: Dotação orçamentária efetivamente empenhada (DOE) / Limite de movimentação e empenho (LME) *100

Base de referência: 2010 – 95,63%; 2011 – 97,44%; 2012 – 96,72%

Valor Apurado em 31.12.2013: 96,76%

Análise: a AEB recebeu uma dotação orçamentária de R\$ 295,8 milhões, ou seja, R\$ 52,9 milhões abaixo da dotação de 2012. Da dotação de 2013, recebeu R\$ 291,6 milhões de Limite orçamentário para movimentação e empenho, o que representou 98,60% da dotação. Como pode ser observado a AEB vem mantendo o nível de execução orçamentária autorizado. O órgão descentralizou 47,80% em 2013, ante 52,09% em 2012. A opção em executar o orçamento adveio de uma série de problemas de gestão nos órgãos executores. O resultado dessa mudança foi que a AEB manteve o nível de emissão de empenhos em 47% do limite orçamentário recebido.

Índice de Execução Financeira – IEF

Unidade de Medida: Percentual

Fórmula de cálculo: Somatório dos valores pagos e restos a pagar pagos no exercício (PRPP) / Valor financeiro recebido (VFR) *100

Base de referência: 2010 – 87,02%; 2011 – 100%; e 2012 – 97,25%
Valor Apurado em 31.12.2013: 94,97%

Análise: A AEB recebeu o valor de R\$ 271,8 milhões referente a programação financeira para pagar despesas do exercício e de restos a pagar. Desse montante, R\$ 89,7 milhões foram para pagamento do exercício e R\$ 182,1 milhões para o de restos a pagar. Os restos a pagar representaram 67% da programação de 2013, em 2012 representou 62,09%. A AEB recebeu apenas R\$ 198,3 milhões do total programado. Ante o exposto, observamos uma programação financeira restritiva para a execução do orçamento de 2013, o que já demonstrava uma perspectiva de elevada inscrição em restos a pagar no final do exercício.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

Estrutura Orgânica de controle da Auditoria Interna conforme Regimento Interno da Agência Espacial Brasileira:

Art. 14. À Auditoria Interna - AIN compete:

I - examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos;

II - verificar a regularidade na execução dos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa;

III - analisar a execução física e financeira de contratos, convênios, acordos, ajustes e demais documentos de compromisso firmados pela AEB;

IV - acompanhar a legislação, normas, instruções e diretrizes pertinentes, divulgando-as, orientando quanto a sua aplicação e verificando seu fiel cumprimento;

V - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades;

VI - executar auditorias extraordinárias, determinadas pelo Presidente da AEB; e

VII - apoiar a realização de inspeções, auditorias e demais procedimentos de controle externo.

3.2 Controles internos administrativos da unidade, contemplando avaliação, pelos próprios gestores, da qualidade e suficiência de tais controles para garantir a realização dos objetivos estratégicos da unidade, considerando ainda o quadro específico da portaria prevista no inciso VI do *caput* do art. 5º

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - continuação					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
Fonte: Auditoria Interna					

3.4 Estrutura e atividades do sistema de correção da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

A AEB, visando atender ao Sistema de Correção do Poder Executivo Federal, designou o Coordenador-Adjunto, Antonio Crescencio de Moraes e, seu substituto, Renato José de Sousa, com vistas a manter atualizadas as informações concernentes ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

3.5 Demonstração do cumprimento, pela instância de correção da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

A base normativa que norteia as atividades de correção é a própria Portaria nº 1.043, de 24/07/2007, orientações recebidas do CGU-PAD e do Órgão Central que é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Importante salientar que desde a implantação do CGU-PAD, não houve qualquer ocorrência na AEB que implicasse em lançamentos neste sistema.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A AEB não instituiu indicador para o monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos. A Auditoria Interna – AIN estava com carência de pessoal, contava apenas com uma funcionária em virtude da saída do Auditor Chefe.

No exercício a auditoria seguindo orientação da CGU conseguiu nomear o novo Auditor Chefe e mais um funcionário. No exercício, a AIN está com três servidores e esperamos poder criar os indicadores para o modelo de governança da Política Espacial.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas					
Unidade Orçamentária:		Código UO: 24205		UGO: 203001	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		4.021.964,00		114.494.962,00	
CRÉDITOS	Suplementares	132.524,00		4.417.000,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados				(4.346.000,00)	
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		4.154.488,00	-	114.565.962,00	
Dotação final 2012(B)		4.148.582,00		120.047.947,00	
Variação (A/B-1)*100		(0,14)	#DIV/0!	4,79	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		181.264.622,00			
CRÉDITOS	Suplementares	18.821.643,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		(18.821.643,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		181.264.622,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		283.339.028,00	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		(36,03)	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

O Poder Executivo tem o Plano Plurianual – PPA que estabelece uma estimativa de despesas para os diversos órgãos federais num determinado período. No entanto, anualmente a Secretaria de Orçamento Federal – SOF estabelece os limites, distintos do que foi previsto naquele plano ou na PLOA.

Então, a dotação orçamentária proposta pela U.O não espelha a real necessidade do Programa Espacial Brasileiro. Os valores propostos são impositivos, tendo por base um limite estabelecido pela própria SOF. Nos últimos dois exercícios: 2012 e 2013, os valores autorizados pela SOF são os mesmos. Não há uma correção pela inflação. Assim, não há o que se planejar, pois os valores propostos são sempre inferiores à demanda do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE.

Outro problema que atrapalha o planejamento e já vem ocorrendo há vários exercícios, é quando da necessidade de alterações orçamentárias, com oferta de crédito para compensação, que permanece bloqueado não podendo ser executado. Somente no final do exercício é que os órgãos ficam sabendo que tais remanejamentos não serão contemplados e a demanda criada para utilização do mesmo já não tem tempo hábil para ser replanejada, acarretando dificuldades de continuidade de muitos projetos.

A AEB tem parcela significativa do seu orçamento executada por órgãos externos (INPE, IAE, CLA e CLBI) por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED. Esses termos requerem um tempo para acerto entre as partes envolvidas e que, por vezes, não acontecem ou quando acontecem, não são contemplados com limite suficiente. A indefinição sobre qual valor se amparar: PPA, PLOA, Limite SOF, LOA, Decreto de Programação e, por fim, o Limite Orçamentário Autorizado pelas setoriais penalizam qualquer planejamento proativo.

Por fim, a curto e médio prazo não há o que se fazer, o efeito cascata dessas indefinições prejudica sobremaneira a condução de qualquer política pública.

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	203001	240101	19.122.2106.2000			462.384,91
	203001	240106	19.122.2106.2000			182.345,04
	203001	364102	19.122.2106.2000			240.653,00
	203001	443003	19.122.2106.2000			1.458.755,09
	203001	120013	19.572.2056.20UZ			6.463.691,00
	203001	120015	19.572.2056.20UZ			2.216.412,97
	203001	120016	19.572.2056.20UZ			4.527.793,42
	203001	240106	19.572.2056.20UZ			7.817.064,31
	203001	120016	19.572.2056.20V0			2.209.832,04
	203001	120002	19.572.2056.20VB			(8.206,45)
	203001	120013	19.572.2056.20VB			20.999,99
	203001	120016	19.572.2056.20VB			720.714,71
	203001	170132	19.572.2056.20VB			8.206,45
	203001	240106	19.572.2056.20VB			8.124.372,52
	203001	240106	19.572.2056.20VC			29.460.134,54
Recebidos	443003	203001	18.544.2026.20WI			1.885.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	203001	240106	19.122.2106.2000	139.880,25		
	203001	120013	19.572.2056.20UZ	2.779.538,00		
	203001	120015	19.572.2056.20UZ	1.649.353,75		
	203001	120016	19.572.2056.20UZ	1.173.097,48		
	203001	240106	19.572.2056.20UZ	4.959.889,38		
	203001	120016	19.572.2056.20VB	935.396,09		
	203001	240106	19.572.2056.20VB	7.192.666,15		
	203001	240106	19.572.2056.20VC	43.848.207,62		
	203001	120013	19.572.2056.7F40	14.825.866,74		
Fonte: SIAFI						

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total				
Unidade Orçamentária: AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	Código UO: 24205		UGO: 203001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	116.299.079,28	88.655.686,21	115.289.948,21	87.654.952,47
a) Convite	29.167,72	15.094,28	29.167,72	15.094,28
b) Tomada de Preços	25.257,56	139.342,63	25.257,56	139.342,63
c) Concorrência	14.145.504,90	18.700.322,57	13.649.185,38	17.799.422,53
d) Pregão	28.695.372,50	28.901.294,42	28.238.451,22	28.849.589,62
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Não se Aplica	73.403.776,60	40.899.632,31	73.347.886,33	40.851.503,41
2. Contratações Diretas (h+i)	23.668.831,72	44.000.149,82	23.614.641,30	43.418.004,63
h) Dispensa	15.974.861,51	35.088.010,97	15.920.671,09	34.624.273,17
i) Inexigibilidade	7.693.970,21	8.912.138,85	7.693.970,21	8.793.731,46
3. Regime de Execução Especial	34.201,83	21.603,61	34.201,83	21.603,61
j) Suprimento de Fundos	34.201,83	21.603,61	34.201,83	21.603,61
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	6.637.943,22	7.374.872,32	6.637.943,22	7.374.872,32
k) Pagamento em Folha	3.825.724,70	4.159.978,10	3.825.724,70	4.159.978,10
l) Diárias	2.812.218,52	3.214.894,22	2.812.218,52	3.214.894,22
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	146.640.056,05	140.052.311,96	145.576.734,56	138.469.433,03
Fonte: SIAFI e SIAFI-Gerencial				

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA	Código UO:24205		UGO:203001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	72.346.865,98	37.928.322,38	72.292.295,09	37.898.647,44
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				-
d) Pregão	3.840.959,95	1.540.670,30	3.840.959,95	1.511.085,36
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Não se aplica	68.505.906,03	36.387.652,08	68.451.335,14	36.387.562,08
2. Contratações Diretas (h+i)	9.583.999,05	20.255.689,00	9.529.808,63	20.255.689,00
h) Dispensa	3.003.875,98	18.733.566,72	2.949.685,56	18.733.566,72
i) Inexigibilidade	6.580.123,07	1.522.122,28	6.580.123,07	1.522.122,28
3. Regime de Execução Especial	3.681,49	5.136,46	3.681,49	5.136,46
j) Suprimento de Fundos	3.681,49	5.136,46	3.681,49	5.136,46
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.065.521,34		4.010.950,45	4.386.963,17
k) Pagamento em Folha	3.825.724,70	4.159.978,10	3.771.153,81	4.159.978,10
l) Diárias	239.796,64	226.985,07	239.796,64	226.985,07
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	86.000.067,86	58.189.147,84	85.836.735,66	62.546.436,07

Fonte: SIAFI e SIAFI-Gerencial

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA		Código UO: 24205				UGO: 20402			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
319001	111.832,76	82.313,19	111.832,76	82.313,19	-	-	111.690,70	82.313,19	
319003	39.851,24	37.203,24	39.851,24	37.203,24	-	-	39.851,24	37.203,24	
319011	3.098.725,80	2.965.875,19	3.098.725,80	2.965.875,19	-	-	3.083.928,61	2.965.875,19	
319016	99.595,55	78.817,65	99.595,55	78.817,65	-	-	99.595,55	78.817,65	
319113	475.680,96	435.479,51	475.680,96	435.479,51	-	-	436.049,32	435.479,51	
319192	38,39	-	38,39	-	-	-	38,39	-	
319096	-	180.195,96	-	180.195,96	-	28.000,00	-	180.195,96	
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	
335039	240.653,00	-	240.653,00	-	-	-	240.653,00	-	
335041	33.918.364,79	22.031.868,46	29.084.364,79	22.031.868,46	-	-	29.084.364,79	22.031.868,46	
339004	1.200.000,00	1.518.259,85	1.200.000,00	1.518.259,85	-	-	1.200.000,00	1.518.259,85	
339008	3.857,00	6.621,50	3.857,00	6.621,50	-	-	3.857,00	6.621,50	
339014	2.442.830,19	2.869.396,05	2.442.830,19	2.869.396,05	-	-	2.441.510,80	2.822.219,45	
339015	369.388,33	345.498,17	369.388,33	345.498,17	-	-	369.388,33	344.545,87	
339018	224.200,00	1.679.830,00	224.200,00	419.350,00	1.260.480,00	100.000,00	224.200,00	419.350,00	
339020	-	206.005,70	-	40.000,00	166.005,70	-	-	40.000,00	
339030	6.186.208,95	4.046.887,65	1.674.097,51	1.624.933,44	2.535.774,88	4.027.565,22	1.670.627,86	1.607.732,76	
339033	2.478.136,28	2.035.348,18	1.994.729,52	1.822.922,92	212.425,26	8.678,28	1.994.729,52	1.822.922,92	
339034	-	1.963.404,26	-	1.963.404,26	-	-	-	1.963.404,26	
339035	-	140.880,00	-	140.880,00	-	36.520,00	-	140.880,00	
339036	181.971,77	180.070,69	181.971,77	180.070,69	-	-	181.971,77	180.070,69	
339037	11.710.347,14	11.883.770,78	10.786.617,80	11.616.371,21	267.399,57	1.522.790,67	10.732.427,38	11.586.786,27	
339039	47.127.447,80	44.023.650,09	22.436.104,78	28.751.972,53	15.308.475,53	41.483.275,41	21.788.079,00	28.480.360,83	
339046	227.997,85	174.855,25	227.997,85	174.855,25	-	-	227.997,85	174.855,25	
339047	56,18	-	56,18	-	-	-	56,18	-	
339049	18.618,25	19.726,82	18.618,25	19.726,82	-	-	18.618,25	19.726,82	
339092	437.432,20	54.756,69	437.432,20	54.756,69	-	-	437.432,20	54.756,69	
339093	248.449,53	304.961,80	244.282,02	304.961,80	-	749,00	244.282,02	304.961,80	
339139	133.690,41	290.853,04	97.041,72	67.074,87	223.778,17	289.765,90	97.041,72	67.074,87	
339147	72.191,57	1.255,20	72.191,57	1.255,20	-	-	72.191,57	1.255,20	
339192	47.921,86	9.111,00	47.921,86	9.111,00	-	-	47.921,86	9.111,00	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos									
445041	-	3.649.584,88	-	3.649.584,88	-	1.219.557,74	-	3.649.584,88	
445042	11.141.308,32	7.084.073,89	11.141.308,32	7.084.073,89	-	-	11.141.308,32	7.084.073,89	
449030	410.323,89	6.055,00	-	3.379,00	2.676,00	53.270,00	-	3.379,00	
449033	-	-	-	-	-	20.300,00	-	-	
449037	723.985,31	5.664,00	723.985,31	-	5.664,00	-	723.985,31	-	
449039	28.532.004,90	36.464.438,77	14.368.249,22	14.607.682,17	21.940.442,98	22.382.921,30	14.351.340,05	14.026.026,98	
449051	9.887.741,50	79.993.582,77	201.341,97	9.966.665,90	70.026.916,87	4.783.036,45	201.341,97	9.966.665,90	
449052	60.569.356,73	53.407.154,78	14.976.933,34	24.514.439,45	30.006.285,69	49.957.041,75	14.692.097,15	23.879.741,93	
449092	63.647.434,82	-	22.980.213,63	-	-	-	22.980.213,63	-	
5. Inversões Financeiras									
6. Amortização da Dívida									

Fonte: SIAFI-Gerencial

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA		Código UO:24205		UGO:203001				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
319001	111.832,76	82.313,19	111.832,76	82.313,19	-	-	111.690,70	82.313,19
319003	39.851,24	37.203,24	39.851,24	37.203,24	-	-	39.851,24	37.203,24
319011	3.098.725,80	2.965.875,19	3.098.725,80	2.965.875,19	-	-	3.083.928,61	2.965.875,19
319016	99.595,55	78.817,65	99.595,55	78.817,65	-	-	99.595,55	78.817,65
319113	475.680,96	435.479,51	475.680,96	435.479,51	-	-	436.049,32	435.479,51
319192	38,39	-	38,39	-	-	-	38,39	-
319096	-	180.195,96	-	180.195,96	-	-	-	180.195,96
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	28.000,00	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
335041	33.918.364,79	22.031.868,46	29.084.364,79	22.031.868,46	-	-	29.084.364,79	22.031.868,46
339008	3.857,00	6.621,50	3.857,00	6.621,50	-	-	3.857,00	6.621,50
339014	225.022,84	205.252,57	225.022,84	205.252,57	-	-	225.022,84	205.252,57
339015	11.023,70	21.732,50	11.023,70	21.732,50	-	-	11.023,70	21.732,50
339030	187.118,81	50.690,03	184.908,82	50.150,03	540,00	-	184.908,82	50.150,03
339033	893.100,47	885.842,69	809.474,92	776.688,87	109.153,82	8.678,28	809.474,92	776.688,87
339035	-	140.880,00	-	140.880,00	-	-	-	140.880,00
339036	157.429,77	142.916,89	157.429,77	142.916,89	-	-	157.429,77	142.916,89
339037	1.715.416,61	1.365.223,78	1.556.790,32	1.346.261,54	18.962,24	115.628,72	1.502.599,90	1.316.676,60
339039	5.760.597,18	1.680.510,21	1.224.020,78	1.316.237,61	364.272,60	13.140.444,77	1.224.020,78	1.316.237,61
339046	227.997,85	174.855,25	227.997,85	174.855,25	-	-	227.997,85	174.855,25
339049	18.618,25	19.726,82	18.618,25	19.726,82	-	-	18.618,25	19.726,82
339092	1.203,99	1.720,50	1.203,99	1.720,50	-	-	1.203,99	1.720,50
339093	174.215,09	287.320,37	170.047,58	287.320,37	15.090,54	749,00	170.047,58	287.320,37
339139	60.909,28	34.730,00	48.982,21	19.639,46	-	4.049,69	48.982,21	19.639,46
339147	70.965,97	-	70.965,97	-	-	-	70.965,97	-
339192	47.921,86	9.111,00	47.921,86	9.111,00	-	-	47.921,86	9.111,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
445041	-	3.649.584,88	-	3.649.584,88	-	1.219.557,74	-	3.649.584,88
445042	11.141.308,32	7.084.073,89	11.141.308,32	7.084.073,89	-	-	11.141.308,32	7.084.073,89
449037	723.985,31	-	723.985,31	-	-	-	723.985,31	-
449039	19.959.739,98	31.469.532,38	9.185.911,01	11.370.100,82	20.099.431,56	12.686.180,91	9.185.911,01	11.370.100,82
449051	1.274.000,00	61.740.604,33	-	9.808.230,14	51.932.374,19	1.610.616,20	-	9.808.230,14
449052	584.062,36	106.268,10	234.772,90	106.268,10	-	430.234,00	234.772,90	106.268,10
449092	63.647.434,82	-	22.980.213,63	-	-	-	22.980.213,63	-
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI-Gerencial

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	188.500,00	-	188.500,00	-
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	188.500,00		188.500,00	
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	-	-	-	-
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	188.500,00	-	188.500,00	-

Fonte: SIAFI e SIAFI-Gerencial

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-							
3 – Outras Despesas Correntes								
339039	1.885.000,00		188.500,00		1.696.500,00		188.500,00	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
Demais elementos do grupo	-							
5 – Inversões Financeiras	-							
6 – Amortização da Dívida	-							

Fonte: SIAFI e SIAFI-Gerencial

Análise Crítica

No presente exercício houve o que sempre ocorreu nos exercícios anteriores, grandes distorções de valores desde o PPA até a edição do decreto de programação orçamentária e financeira do Governo Federal.

Não houve alterações significativas na execução orçamentária e financeira, considerando que as legislações que amparam essas despesas também não mudaram.

A execução do programa espacial brasileiro é, em grande parte, realizada junto à indústria. Nesse sentido, as empresas que foram selecionadas no processo licitatório desenvolvem produtos

únicos e de difícil comercialização junto ao mercado interno. Ao longo do tempo, essas indústrias detêm o conhecimento do processo requerido para os produtos espaciais. A concentração de dispensa e inexigibilidade é justificada em grande parte por essa característica do programa.

O contingenciamento foi mínimo e não trouxe problemas maiores para a execução.

Não houve problemas maiores na execução, mas a carência de pessoal efetivo determinou o ritmo do que o órgão se propôs a executar. As licitações que mais causaram problemas foram com as empresas de terceirização do pessoal de apoio administrativo. Também tivemos problemas com o licenciamento ambiental das obras complementares do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA. No entanto, obtivemos as licenças em julho de 2013, mas esse foi um problema que se arrastou por mais de 10 (dez) anos.

A necessidade financeira de 2013 foi de R\$ 460,6 milhões, sendo R\$ 160 milhões de RP e R\$ 299,9 milhões de dotação do exercício. A programação da AEB foi de R\$ 271,8 milhões e recebeu R\$ 198,3 milhões. No entanto, os problemas financeiros enfrentados foram bem administrados junto à setorial do MCTI. A AEB passa por problema de insuficiência financeira.

A longo prazo esse problema pode inviabilizar a execução financeira do exercício, uma vez que os restos a pagar vem se acumulando ao longo dos exercícios anteriores.

4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 315.351,97	R\$ 315.351,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 24.051.671,95	R\$ 9.956.414,74	R\$ 14.095.257,21	R\$ 0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 92.093.113,23	R\$ 22.407.398,17	R\$ 95.584,42	R\$ 69.590.130,64
2011	R\$ 29.244.139,31	R\$ 9.417.292,15	R\$ 52.242,32	R\$ 19.774.604,84
...				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Houve um aumento no nível de inscrição dos restos a pagar não processados em 2012. No presente exercício, a AEB inscreveu em RP não Processados o valor de R\$ 92,0 milhões. Esse aumento foi em virtude de diversas contratações efetuadas ainda em 2012, como por exemplo: aeródromo do CLA, CBERS 3 e 4, Plataforma Multimissão – PMM e demais contratos de infraestrutura de radar e TI do CLA.

O saldo a pagar de R\$ 69,5 milhões divide-se em: R\$ 50,4 milhões – Restos a Pagar não Processados e R\$ 19,0 milhões em Restos a Pagar não Processados Liquidados e não Pagos. O RP de R\$ 19,0 milhões refere-se ao contrato da PMM que envolve serviços de desenvolvimento de tecnologia crítica para o programa espacial brasileiro.

O impacto dos RP's no cronograma financeiro do exercício é preocupante. Os RP's representaram 67,00% da programação do exercício, ou seja, de um valor programado de R\$ 271,8 milhões, R\$ 182,1 milhões foram para o pagamento de restos a pagar. A AEB está realizando gestões para diminuir esse impacto. No entanto, devido as dificuldades macroeconômicas enfrentadas pelo governo, não conseguimos expandir a programação financeira junto a setorial do MCTI.

O orçamento da AEB refere-se a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, por conseguinte, os contratos ou convênios firmados detêm essa característica. Então, embora haja um esforço para contratar e pagar no mesmo exercício, isso não vem ocorrendo como determina a anualidade orçamentária. Por tratar de P&D vários eventos contratados não são entregues dentro do prazo, uma vez que os testes para o aceite depende de tempo para a sua conclusão. Exemplo: o valor de R\$ 19,0 milhões da PMM, liquidados em 2013, detêm essa característica, foi aceito em 2013, mas continua em teste junto ao consórcio. Assim, embora não seja o ideal para a execução dessa despesa, não vislumbramos no curto prazo diminuí-la ou não permitir que esta ultrapasse mais que um exercício para o seu pagamento.

Não consta dos registros contábeis da UJ no SIAFI, nenhum RP sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto. A AEB sempre procurou no início de cada exercício priorizar o pagamento dos restos a pagar. No exercício de 2013, o PNAE (CLA, IAE, CLBI, INPE e AEB) como um todo pagou 33,13% dos RP's inscritos em exercícios anteriores. A gestão da AEB trabalha na tentativa de reduzir o RP, mas conforme discorrido anteriormente, por tratar de P&D, sempre teremos eventos contratos no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício.

4.4 Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									
Posição em 31.12.2013									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB									
CNPJ: 86.900.545/0001-10					UG/GESTÃO: 203001/20402				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	724487-SCV	03.018.444/0001-42	13.307.750,00	324.000,00	0,00	11.307.750,00	26/12/2009	26/11/2016	1
1	749716-SCV	02.886.710/0001-96	7.301.695,19	0,00	0,00	7.301.695,19	08/12/2010	08/11/2013	1
1	750893-SCV	51.619.104/0001-10	7.575.000,00	0,00	1.000.000,00	2.741.000,00	20/12/2010	31/10/2015	1
1	762324-SCV	02.643.543/0001-52	5.266.000,02	86.000,00	0,00	5.266.000,02	26/12/2011	26/10/2014	1
1	775553-SCV	18.720.938/0001-41	34.696.810,28	0,00	14.759.833,88	22.205.363,88	27/11/2012	22/01/2015	1
1	775573-SCV	18.720.938/0001-41	58.408.361,48	0,00	16.380.429,23	25.584.355,22	27/11/2012	31/10/2016	1
1	775591-SCV	18.720.938/0001-41	10.326.131,36	0,00	0,00	10.326.131,36	27/11/2012	28/02/2014	1
1	574724-SIAFI	51.619.104/0001-10	8.950.000,00	70.000,00	2.000.000,00	6.950.000,00	05/12/2006	31/12/2016	1
1	574725-SIAFI	51.619.104/0001-10	5.150.000,00	70.000,00	1.500.000,00	4.150.000,00	05/12/2006	31/10/2016	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e SICONV

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					
CNPJ:	86.900.545/0001-10					
UG/GESTÃO:	203001/20402					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	3	1	35.640.263,11	28.273.884,04	20.443.468,01
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	0	3	1	35.640.263,11	28.273.884,04	20.443.468,01

Fonte: SIAFI e SICONV

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					
CNPJ: 86900545/0001-70		UG/GESTÃO: 203001/20402			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	15.904.742,79		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-0-		
		Montante Repassado	-		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	9.607.714,47		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-0-		
		Montante Repassado	-		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	09		
		Montante Repassado	56.956.726,55		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-0-		
		Montante Repassado	-		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-0-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: SIAFI e SICONV

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASISLEIRA					
CNPJ: 86.900.545/0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			01	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	15.904.742,79	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-0-		
		Montante Repassado (R\$)	-		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
Montante Repassado (R\$)			15.904.742,79		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-0--		
		Montante Repassado (R\$)	-		
2012	Quantidade de contas prestadas			03	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	03		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante repassado	9.607.714,47		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-0-		
Montante repassado (R\$)		-			
2011	Quantidade de Contas Prestadas			09	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	09		
		Quantidade Reprovada	-0-		
		Quantidade de TCE	-0-		
		Montante Repassado	56.956.726,55		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-0-		
Montante Repassado		-			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-0-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: SIAFI e SICONV

Análise Crítica

As transferências financeiras mediante convênios são instrumentos de gestão que estão a disposição dos gestores como alternativa para o cumprimento das políticas públicas a cargo de cada órgão. A AEB utiliza esse instrumento com muita reserva, uma vez que é muito trabalhoso o seu acompanhamento. A média é de apenas 1,33 (um inteiro e trinta e três) convênios firmados no último triênio. No presente exercício a AEB não firmou convênios.

Não houve novos convênios, porém, alguns convênios firmados pelo órgão foram aditivados tendo como justificativa a prorrogação do prazo de vigência, alterações de diversas cláusulas conveniadas e de suplementação de valores. Esses aditivos tiveram como pressuposto o cumprimento do objeto pactuado.

Quanto aos demais aspectos relativos às transferências financeiras, informamos que:

- Não há convênio inadimplente no órgão;
- Não houve oscilações significativas na quantidade e no volume de convênios firmados, uma vez que não celebramos nenhum convênio no corrente exercício;
- Uma vez que o volume de convênios é baixo, as prestações de contas estão dentro dos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
- Em 2013 apenas um convênio apresentou sua prestação de contas final. Estamos cumprindo o que determina os normativos de regulamentam os convênios no que diz respeito à prestação de contas. Embora o efetivo de pessoal seja baixo, estamos cumprindo com eficiência e eficácia todos os procedimentos requeridos;
- A AEB dispõe de uma divisão para a formalização e outra para a análise de prestação de contas. Cada divisão tem 1 (um) funcionário. Conforme informado anteriormente, o número de transferências é baixo. Então, estamos conseguindo fiscalizar os convênios pelo SICONV e, também, realizamos a fiscalização *in loco*. No entanto, caso tenhamos um aumento nessas transferências, poderemos incorrer em dificuldades para acompanhar a execução e as prestações de contas. A AEB foi autorizada a realizar concurso público em 2014, visando mitigar a deficiência de pessoal; e
- As transferências da AEB são muito específicas e, quando efetuados, buscam sempre um resultado objetivo da política pública com a entrega de um produto. Nesse sentido, as descentralizações têm como resultado o de cumprir com a meta física programada, dando um caráter mais pragmático ao programa de governo.

4.5 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)							Valores em R\$ 1,00
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013					6	3.681,49	3.681,49
2012					2	5.136,46	5.136,46
2011					3	5.845,17	5.845,17

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em R\$ 1,00	
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
Código da UG 1	203001		Limite de Utilização da UG	R\$ 40.000,00		
ANDRÉ DE ASSIS MACHADO	192.828.198-25		8.000,00	-	1.804,34	1.804,34
JOSÉ CARLOS MARQUES VIANA	223.443.811-04		8.000,00	-	1.877,15	1.877,15
Total Utilizado pela UG				-	3.681,49	3.681,49
Código da UG 2			Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG				-	-	-
Total Utilizado pela UJ				-	3.681,49	3.681,49

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)												
Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							6	3.681,49	2	5.136,46	3	5.845,17

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A presente despesa é pouco representativa dentro da execução orçamentária e financeira da UJ. Não utilizamos a Conta Tipo "B" e não autorizamos saques por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Os controles são exercidos pelos próprios supridos e pela Divisão de Contabilidade da AEB. A concessão e as prestações de contas seguiram a legislação vigente. Os suprimentos concedidos foram para atender despesas miúdas de pronto pagamento. A utilização dessa modalidade de despesa reduz o custo processual de pequenas compras, razão pela qual o gestor optou pela sua utilização no exercício de 2013.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela:

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	107	33	6	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	107	33	6	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	107	7	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	23	6	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	46	25	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	107	79	31	17

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: SIAPE

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade:

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	78	73	29	17
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	72	29	17
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	20	4	3
1.2.4. Sem Vínculo	0	37	21	10
1.2.5. Aposentados	0	9	3	4
2. Funções Gratificadas	7	5	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	3	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	85	78	30	17

Fonte: Relatórios de controles de DAS e FGR

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	3	3	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	3	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	6	10	22	24	10
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	10	20	21	9
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	3	0
3. Totais (1+2)	6	10	25	27	11

Fonte: Relatório por idade.

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	7	24	1	5	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					7	24	1	5	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	11	19	0	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					11	19			
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	18	43	1	5	6

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CRH/DPOA/AEB

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos:

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	7.255,65	0,00	8.607,62	519,21	779,14	783,42	0,00	0,00	17.945,04
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	13.511,64	0,00	0,00	0,00	3.274,84	0,00	0,00	0,00	16.786,48
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	0,00	147.775,44	12.314,62	0,00	4.104,87	0,00	0,00	0,00	164.194,93
	2012	0,00	110.430,34	7.621,25	0,00	2.432,00	0,00	0,00	0,00	120.483,59
	2011	0,00	127.884,60	0,00	0,00	3.344,00	0,00	0,00	0,00	131.228,60
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	178.656,99	2.160.802,03	430.154,75	16.172,83	602.459,74	40.200,23	96.472,55	0,00	3.524.919,12
	2012	221.611,08	2.148.684,92	323.643,35	85.102,92	656.556,23	46.410,78	81.251,11	0,00	3.563.260,39
	2011	278.759,40	2.265.997,08	0,00	0,00	465.504,70	2.339,64	0,00	0,00	3.012.600,82
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	0,00	30.438,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.438,55
	2012	0,00	30.635,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.635,48
	2011	0,00	32.838,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.838,78

Fonte: SIAPE

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas:

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	2	1
1.1 Voluntária	1	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	2	1

Fonte: PROCESSO DE APOSENTADORIA

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	1	0
1.1. Integral	1	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	1	0

Fonte: CRH/DPOA/AEB

e) Demonstração do cadastramento, no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007:

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	0	1	0

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	0	0	1
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: CRH/DPOA/AEB

f) Ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nos 19/98 e 34/2001):

O quadro atual de pessoal efetivo da AEB é formado por 8 (oito) servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Esses servidores não estão enquadrados na vedação do art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Cidadã. Os demais servidores que compõem a força de trabalho do órgão são requisitados de outros órgãos e, caso estejam enquadrados na vedação, são de responsabilidade dos seus órgãos de origem.

- a) Não há funcionários enquadrados na vedação. Portanto, não dispomos de controle interno para detectar a referida vedação;
- b) Não há em virtude da resposta da letra “a”;
- c) Não há em virtude da resposta da letra “a”;
- d) Não há em virtude da resposta da letra “a”.

g) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93:

Conforme discorrido na letra “f” não houve acumulação de cargos, funções e empregos públicos dos servidores ocupantes de cargo efetivo. Portanto, não houve providências a serem adotadas.

h) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos:

A AEB não dispõe de indicadores de recursos humanos e não há previsão para a sua implantação, considerando que não há massa crítica efetiva para criar, mensurar e acompanhar tais indicadores.

5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BEAS UILEIRA													
UG/Gestão: 203001/20402						CNPJ: 86.900.545/0001-70							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	Copeiragem	E	09/2008	07.743.897/0001-92	28/12/2013	27/01/2014	X	X					E
2010	Transporte	O	01/2010	08.338.786/0001-63	05/02/2014	04/02/2015	ñ prev	X					P
2012	Apoio Adm.	O	11/2012	02.931.592/0001-64	12/01/2012	30/04/2013	X	X	X	X			A
2013	Apoio Adm.	O	16/2013	07.544.068/0001-80	02/05/2013	31/08/2013	X	X	X	X			A
2013	Apoio Adm.	E	21/2013	18.556.791/0001-04	02/12/2013	01/03/2014	X	X	X	X			E
Observações:													
LEGENDA						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
Área:						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino							
1. Segurança;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
2. Transportes;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: CRL/DPOA/AEB

Análise crítica

A AEB encontra-se instalada num complexo administrativo com vários órgãos públicos (ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD). Atualmente a Agência Nacional de Águas – ANA é a responsável pelo complexo administrativo do Setor Policial Sul – SPO. Em virtude dessa responsabilidade o contrato de vigilância, limpeza e higiene estão sob sua responsabilidade. A AEB faz o ressarcimento do rateio acordado em um termo de cooperação. Portanto, não gerenciamos o contrato e, por conseguinte, também não dispomos de informações que possam contribuir para a análise do TCU.

Os contratos administrados pela AEB e informados no Quadro A.5.2.4 estão de acordo com as necessidades do órgão. Os contratos de copeiras e de transportes não tiveram problemas de cunho trabalhista durante o exercício. No entanto, os problemas foram nos contratos de Apoio Administrativo. No exercício de 2013 foram três empresas: ADMinas, ADService e Talenty. As duas primeiras interromperam a prestação de serviço alegando dificuldades financeiras. A terceira foi contratada emergencialmente para cobrir a deficiência deixada pelas antecessoras.

A AEB cumpriu as orientações emanadas dos órgãos trabalhistas e de controle e reteve das empresas contratadas, a parcela indenizatória das verbas trabalhistas. Não houve no exercício de 2013 nenhuma perda dos direitos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que prestaram serviços na AEB.

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	17	21	15	17	38.480,00
1.1 Área Fim	4	4	4	5	10.920,00
1.2 Área Meio	13	17	11	12	27.560,00
2. Nível Médio	4	3	5	5	4.930,00
2.1 Área Fim	4	3	5	5	4.930,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	-
3. Total (1+2)	21	24	20	22	43.410,00

Fonte: SIAPE

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

6.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A Unidade Jurisdicionada não dispõe de frota própria de veículos automotores sob sua responsabilidade.

6.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros:

- a) Foram realizados estudos técnicos no que tange a pesquisas de mercado, bem como junto a outros órgãos da Administração Pública Federal, para fins de viabilização da opção pela terceirização de frota e dos serviços de transporte.
- b) Nome da empresa: Barão Tur Transportes e Turismo Ltda. - ME e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ: 08.338.786/0001-63.
- c) Tipo de Licitação: Pregão Eletrônico nº 011/2009; nº do contrato assinado: 01/2010; vigência do contrato: 05/02/2013 à 24/01/2014; valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

ANO	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO
2010	650.688,00	190.415,56
2011	770.618,40	368.055,16
2012	841.618,40	441.904,66
2013	999.276,00	432.640,17
TOTAL	3.262.200,80	1.433.015,55

- d) A legislação que regula a forma de utilização é a instrução normativa MPOG nº 02 e 03/2008.
- e) A importância deve-se ao fato da necessidade da locomoção para o desenvolvimento das atividades institucionais do órgão. O impacto da frota de veículos terceirizados sobre as atividades cotidianas são positivos, pois os serviços atendem ao Presidente, aos Diretores, e demais servidores que precisam de veículo para desenvolver suas atividades diárias.
- f) Referente a Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ:

Veículos existentes em tempo integral:

02 Automóveis de passeio 1.0
02 Automóveis executivos
01 Motocicleta

Veículos destinados a locação eventual:

Automóvel executivo – não utilizado no exercício
Automóvel de passeio – não utilizado no exercício
Micro-ônibus – não utilizado no exercício
Ônibus – 134 km
Caminhão – 163 km

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra.

Veículos existentes em tempo integral:

02 Automóveis de passeio 1.0 – 29.773 km
02 Automóveis executivos – 62.443 km
01 Motocicleta – 18.167 km

Obs.: os valores informados em 2012 foram médias mensais. Então, os valores informados deverão ser multiplicados por 12.

Veículos destinados a locação eventual:

Automóvel executivo – não utilizado no exercício
Automóvel de passeio – não utilizado no exercício
Micro-ônibus – não utilizado no exercício
Ônibus – 381 km
Caminhão – 141 km

- h) Quanto a Idade média anual, por grupo de veículos, vejamos:

Veículo de passeio e executivo:

02 anos e com, no máximo, 40.000 km rodados

Motocicleta:

02 anos

- i) Não há custos associados à manutenção da frota.
- j) Para a gestão dos serviços a UJ tem um servidor designado em Portaria para fiscalizar, liberar e controlar a quilometragem, as requisições de transporte e as saídas dos veículos.

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Distrito Federal	2	2
	Distrito Federal	2	2
	UF “n”	0	0
	município 1		
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: CRL/DPOA/AEB

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
203001	Não temos	10	bom	Não temos	Não temos	Não temos		123.433,18
Total							-	123.433,18

Fonte: CRL/DPOA/AEB

Análise Crítica

A AEB não dispõe de nenhum patrimônio imobiliário registrado em seu balancete e também não dispõe de nenhum patrimônio da União pendente de regularização. Conforme informado no relatório de 2012 e, ainda, no Quadro A.6.2.1, a AEB ocupa dois imóveis que estão sob o patrimônio do MCTI. Os blocos “A” e “Q” do Complexo Administrativo do Setor Policial Sul – SPO.

Os imóveis disponibilizados necessitam de uma reforma urgente. As reformas ainda não foram realizadas em virtude das limitações orçamentárias impostas pelo governo federal. Outro fator importante diz respeito ao atual espaço físico. Esse espaço encontra-se no seu limite e deverá acarretar problemas nos exercícios futuros, considerando que a AEB foi autorizada a realizar concurso público para preencher 66 (sessenta e seis) vagas ainda em 2014.

A Administração da AEB está ciente do problema e está realizando gestões junto ao MCTI para resolver o problema do espaço físico. Conforme salientado no relatório de 2012, a Administração poderá tentar conseguir mais espaço junto ao MCTI ou partir para a aquisição de um terreno e construir uma sede que atenda aos interesses institucionais da Autarquia.

A AEB não tem imóvel em seu nome, mas cedeu para a Caixa Econômica Federal – CEF, 93,84 m2 do imóvel localizado no Bloco “Q”, para abrigar um posto bancário. A CEF paga 2% (dois por cento) do rateio do condomínio que seria da parte da AEB e atualmente é recolhido diretamente para a Agência Nacional de Águas – ANA, que é a atual administradora do complexo

administrativo. A cessão foi por contrato a preços de mercado. A AEB já solicitou a devolução do imóvel devido ao problema de espaço físico.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

A AEB não dispõe de imóveis locados de terceiros.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	
Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	x aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	x aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada - continuação	
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
x	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
(1) nunca: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.	
(2) às vezes: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.	
(3) usualmente: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.	
(4) sempre: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.	
Escala de valores correspondente ao item 7.	

Análise crítica

Historicamente, a área de TI da AEB vem se caracterizando como de suporte operacional. Nos últimos anos, porém, demandas em nível de alinhamento estratégico têm surgido, sem contudo convergir para as necessárias mudanças estruturais exigidas. Isso contraria todas as recomendações para instituições modernas. Inclusive, no âmbito do próprio governo federal, cujas diretrizes apontam para uma área de TI estratégica com correspondência na estrutura organizacional, este assunto vem sendo muito debatido em todos os fóruns e eventos promovidos pelo SISP, com amparo de recomendações explícitas da CGU. Mesmo considerando-se apenas as unidades do MCTI, a AEB se destaca negativamente neste aspecto. Assim, sob o ponto de vista da gestão de TI, faz-se necessária a criação de uma Coordenação de Tecnologia da Informação, com as seguintes Divisões: Divisão de Desenvolvimento de Sistemas; Divisão de Bancos de Dados; Divisão de Infraestrutura e Redes; Divisão de Suporte e Atendimento ao Usuário.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE ambiental

8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				x	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					x
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				x	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					x
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - continuação				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				x
	Banner, intranet e campanhas setoriais			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				x
	Divulgação por de e-mail e intranet.			
Considerações Gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.

A UJ continua com o programa da Coleta Seletiva Solidária, na forma do Decreto nº 5.940/06 e da Portaria AEB nº 57, de 14.5.2010. A AEB continua fazendo a sua parte adotando os critérios sugeridos pelo programa, mas o resultado será coletivo, considerando a efetiva participação de todos os condôminos no processo de uso mais consciente dos recursos naturais.

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água						
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Coleta Seletiva Solitária	2010					
Esplanada Sustentável	2012			Uma redução com os gastos com o serviço de transporte de R\$ 50.049,72 .		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	767 Resmas	958 Resmas	1.025 Resmas	R\$ 7.148,44	R\$ 7.491,56	R\$ 8.015,50
Água	N/C	N/C	N/C	R\$ 98.595,69	R\$ 84.817,84	R\$ 10.748,08
Energia Elétrica	N/C	N/C	N/C	R\$ 128.438,85	R\$ 120.853,64	R\$ 121.719,35
			Total	R\$ 234.182,98	R\$ 213.163,04	R\$ 140.482,93

Fonte: Divisão de Compras e Serviços Gerais e Divisão de Material e Patrimônio/CRI/DPOA/AEB

Para o exercício de 2013 o MCTI aderiu ao Programa Esplanada Sustentável – PES. Esse programa foi implantado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e não foi impositivo. A forma de participação foi por adesão, tendo como meta uma redução anual de +/- 10% do consumo de papel, toner, fotocópia, energia elétrica, água, vigilância, conservação, combustível e etc.

A adesão ao PES estabeleceu a meta para a AEB. O compromisso assumido pela autarquia foi com os serviços de transporte, telefonia, água e energia elétrica. Nesses itens a AEB planejou economizar o valor de R\$ 50.049,72. A autarquia reduziu as despesas em R\$ 58.331,55, ou seja, a economia superou a meta programada em 16,55%, demonstrando um compromisso com a adesão ao programa, de acordo com informação constante do Quadro A.8.2.

A AEB vem diminuindo sistematicamente o consumo de papel, conforme apontado no Quadro A.8.2. Então, o consumo de papel foi uma variável que a UJ conseguiu administrar com sucesso. Quanto ao consumo e controle de água e energia elétrica, destacamos que a AEB está instalada num complexo administrativo com vários órgãos públicos (ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD). O controle para a diminuição do consumo de energia elétrica e água foram variáveis que não conseguimos administrar, conforme demonstrado no Quadro A.8.2. Essas despesas são rateadas entre todos os condôminos. Então, todos terão que contribuir para que o resultado apareça no geral, principalmente, nas contas do condomínio central, no caso, sob a administração e controle da Agência Nacional de Águas – ANA, atual órgão responsável pelo condomínio.

9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					4243
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					4243
Descrição da Deliberação					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					4243
Síntese da Providência Adotada					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					
Síntese dos Resultados Obtidos					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					4243
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					4243
Descrição da Deliberação					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					4243
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NO EXERCÍCIO					

9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201306049	CONSTAM NO ANEXO I	OF. Nº 23120/2013/DICIT/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
Descrição da Recomendação			
DESCRIÇÕES ENCONTRAM-SE RELACIONADAS NO ANEXO I DESTE QUADRO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
Síntese da Providência Adotada			
Relatório da CGU, através do Memorando nº 28/AIN/2013 de 19.08.2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendação resultante dos trabalhos de auditoria realizada pela Controlaria-Geral da União –CGU-PR, referente à gestão administrativa desta Agência, n o exercício de 2013, conforme se comprova nos anexos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As áreas responsáveis acataram as recomendações e demonstraram interesse de aplicar as recomendações apontadas.			

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201306049	Consta no Anexo I	Of. Nº 23120/2013/DICIT//DI/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
Descrição da Recomendação			
DESCRIÇÕES ENCONTRAM-SE RELACIONADAS NO ANEXO I DESTE QUADRO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
Justificativa para o seu não Cumprimento			
TODAS AS RECOMENDAÇÕES FORAM CUMPRIDAS			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As áreas responsáveis acataram as recomendações e demonstraram interesse de aplicar as recomendações apontadas.			

9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

A Auditoria Interna da AEB é uma unidade de controle que, entre as várias atribuições, assessora o Presidente nas suas ações institucionais, conforme Organograma abaixo:



Conforme o Capítulo IV - Seção III, Artigo 10 do Decreto nº 4.718, de 04 de Junho de 2003, Auditoria Interna compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:

I – verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;

II – examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto a sua observância; e

III – promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

Em atendimento à Recomendação da CGU, dos Achados de Auditoria de nº 201306049, o Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB, emitiu a Ordem de Serviço de Nº 02, datada de 24/12/2013, regulamentando a atuação da Auditoria Interna no âmbito da AEB, possibilitando, assim, o desenvolvimento das suas atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 4.718/03:

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, de 24 de dezembro de 2013.

Regulamenta a atuação da Auditoria Interna – AIN no âmbito da Agência Espacial Brasileira – AEB.

O PRESIDENTE da AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, e tendo em vista a recomendação contida na Constatação 4.1.1.3, Recomendação 1 dos Achados de Auditoria nº 201306049, resolve:

Art. 1º Autorizar à Auditoria Interna o acesso irrestrito a registro de pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias;

Art. 2º Estabelecer que as áreas desta Agência apresentem, tempestiva e obrigatoriamente, informações solicitadas pela Auditoria Interna;

Art. 3º Permitir que a Auditoria Interna possa obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;

Art. 4º Vedar o envolvimento dos auditores internos em atividades que caracterizam participação na gestão;

Art. 5º As dúvidas surgidas na aplicação desta Ordem de Serviço serão dirimidas pelo Auditor Chefe;

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno.

JOSE RAIMUNDO BRAGA COELHO

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

Nos trabalhos desta unidade de Auditoria Interna não foram examinados os controles administrativos da entidade, inexistem testes de auditoria que sustentem a avaliação dos controles internos, por consequência do número reduzido de pessoal lotado na auditoria, não registrando constatações passíveis de recomendações.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência:

Não houve recomendações.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna:

Quando ocorrem recomendações, seja por parte da Auditoria Interna ou dos Órgãos de Controle Interno e/ou Externos, o acompanhamento é realizado por meio de comunicação interna (memorando) ou por meio eletrônico, alertando para o cumprimento das recomendações e dos prazos estabelecidos. Posteriormente, é realizada a análise das

providências adotadas com relação a cada recomendação.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

A sistemática é através de monitoramento eletrônico, com a implementação de controle, onde são relacionadas todas as constatações, s recomendações e manifestações dos gestores, bem como as providências adotadas.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações:

A certificação se dá por meio dos relatórios de auditoria interna, que são encaminhados para conhecimento e deferimento do Presidente da AEB e encaminhados aos respectivos Gestores.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna:

Não houve recomendações nos relatórios expedidos pela auditoria interna desta AEB.

9.4 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	21	16	78
	Entregaram a DBR	21	16	78
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CRH/DPOA/AEB

- Não houve nenhum descumprimento por parte de nenhum servidor.
- Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DPOA/AEB.
- Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento.

- Existem as duas formas: em papel e autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. O acesso será mediante alguma demanda de órgãos de controle interno e externo.
- Não realizamos nenhuma análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.
- As DBR são guardadas em arquivo, fechado a chave com a finalidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno e também:

Não houve no exercício de 2013 ocorrência de dano ao Erário.

9.6 Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>EDIVALDO SOUSA GONÇALVES, CPF 289.277.101-34, Coordenador de Recursos Logísticos - CRL e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA, CPF 416.246.531-20, Coordenador Orçamentário e Financeiro - COF, exercidos na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA/AEB declaram junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 17 de março de 2013.</p>
<p>EDIVALDO SOUSA GONÇAVES e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA</p>
<p>289.277.101-34 e 416.246.531-20</p>
<p>Respectivos Coordenadores de Recursos Logísticos e Orçamentário e Financeiro - DPOA/AEB</p>

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Os canais de acesso ao cidadão são:

- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC; e
- Fale Conosco: direciona todas as mensagens, por e-mail, para a Coordenação de Comunicação Social – CCS/AEB.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC é prestado pela Agência Espacial Brasileira – AEB da seguinte forma:

- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC através do site: www.acessoainformacao.gov.br/sistema, regulamentado pela Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação – LAI;
- E-mail: sic@aeb.gov.br; e
- Página da AEB: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/>

Em 2013 foram atendidos 100% dos 145 pedidos formulados, sendo o tempo médio de resposta de 6 (seis) dias.

O Fale Conosco da AEB pode ser acessado da seguinte forma:

- Página da AEB: <http://www.aeb.gov.br/contato/>

O Fale Conosco teve apenas duas consultas em 2013 e foram respondidas tempestivamente.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Não há um mecanismo estruturado para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços da Agência Espacial Brasileira – AEB. No entanto, a AEB disponibiliza no sítio eletrônico o telefone e o e-mail dos diretores e assessores da Presidência para prestarem informações aos cidadãos interessados no programa espacial brasileiro, conforme links abaixo:

- Página da AEB (<http://www.aeb.gov.br/institucional/organograma/>)
- Página da AEB (<http://www.aeb.gov.br/contato/>), onde podem ser manifestadas as opiniões/sugestões dos usuários.

Outra forma de medir a satisfação dos cidadãos-usuários pode ser pelo Conselho Superior da AEB, uma vez que este é constituído pelos clientes da AEB.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Não há uma pesquisa de opinião estruturada para saber o *feedback* dos cidadãos em relação à execução do programa espacial brasileiro ou das respostas atendidas. As consultas foram todas respondidas, mas não tivemos o retorno dos usuários. A falta desse retorno prejudica o aprimoramento do atendimento ao cidadão interessado no programa espacial. Recebemos várias perguntas, desde a execução do programa espacial como um todo; sobre óvnis; existência de extraterrestres; dúvidas sobre envio do homem à lua; povoamento de marte, etc., a curiosidade humana é ilimitada.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade

- a) A AEB está procedendo a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos de acordo com o que estabelece os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;
- b) Não se aplica a UJ;
- c) A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é a tabela constante do Manual SIAFI;
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30;
- e) As taxas utilizadas para os cálculos são as constantes do Manual SIAFI 02.03.30;
- f) Quando a AEB necessita aplicar a metodologia para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido utiliza os parâmetros e métricas definidas no Manual SIAFI 02.03.30;
- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 trouxe uma visão mais objetiva do patrimônio da UJ. Não dispomos de patrimônio imobilizado. A UJ tem apenas pequenos bens móveis e que os critérios contidos nas normas estão sendo bem proveitosos para o valor real desses ativos.

A depreciação dos bens está sendo realizada no SIAFI, repetindo todo mês o mesmo valor, até que o programa que foi desenvolvido em parceria com o INPE entre em funcionamento.

Na oportunidade, informamos que a AEB desenvolveu em parceria com o INPE, o programa para a realização da depreciação e avaliação dos bens. O programa foi entregue em dezembro e encontra-se em teste, no próximo exercício entrará em funcionamento.

11.2 Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			203001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>			
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17.03.2013
Contador Responsável	Maria do Rosário de Fátima Dantas de Oliveira	CRC nº	019003/060

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os principais problemas estruturais ou situacionais enfrentados são os já relatados em relatórios de gestão passados. Essas dificuldades, ou restrições identificadas, são de diversas naturezas e foram apresentadas de forma mais detalhada nas seções anteriores. Porém, cabe destacar os óbices de natureza jurídico/legal, que têm acarretado grandes dificuldades para a celebração de novos contratos pelo INPE e pelo DCTA em São José dos Campos; óbices de natureza institucional, relativos à insuficiência de capital humano e falta de estímulo para a manutenção e ingresso de novos especialistas no setor; e óbices de natureza orçamentária e financeira que, devido às descontinuidades e restrições nos investimentos, acarretam mais atrasos nas consecuições dos objetivos da Política Espacial.

A despeito das dificuldades, vários projetos tem avançado. A integração do satélite CBERS-3, a despeito do fracasso em seu lançamento, foi uma meta da maior relevância completada em 2013. O projetos de lançadores também têm evoluído no sentido de cumprir metas importantes em 2014, particularmente por parte do projeto do VLS-1. Os investimentos em infraestrutura no CLA (Alcântara) prosseguiram, mesmo com as dificuldades já relatadas. Também avançaram as importantes metas de desenvolvimento de recursos humanos, formação de professores e desenvolvimento de projetos junto a universidades, como os de microssatélites. Muito também foi realizado na seara das relações internacionais, como é o caso do plano decenal de atividades espacial firmado junto à China.

O ano de 2013 também permitiu que a AEB obtivesse autorização para a realização de seu primeiro Concurso Público, objetivo almejado desde sua criação em 1994. Neste ano a AEB também avançou em seu protagonismo nas atividades desenvolvidas tanto no INPE quanto no DCTA. Sua participação na tomada de decisões gerenciais e técnicas foi muito mais intensa, o que também inclui o estabelecimento de vários contratos industriais, que evitaram a interrupção de importantes projetos.

Brasília-DF, 31 de março de 2014.

JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO
Presidente da AEB

ANEXO - I

ANEXO I – Complementação às informações dos Quadros A.9.2.1 e A.9.2.2 da DN TCU nº 127/2013

Discriminação do Item	Posicionamento do Gestor	Prazo para implementação	Providências Implementadas
<p>Unidade Auditada: AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA/AEB Exercício: 2012 Processo: 01350000100201351 Município: Brasília - DF Relatório nº: 201306049 UCI Executora: SFC/DICIT - Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência e Tecnologia.</p> <p>Conclusão: Resultado dos trabalhos de campo realizados pela equipe da CGU no período de 02.5.2013 a 24.5.2013 a partir da apresentação do processo de contas.</p>			
<p>ACHADOS DA AUDITORIA CGU – Nº 201306046:</p> <p>1 Política Espacial 1.1 Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA 1.1.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS</p> <p>CONSTATAÇÃO 1.1.1.1 Estimativas apresentadas pela contratada para desenvolvimento de software de tratamento dos dados de rastreamento de veículos espaciais incompatíveis com as oriundas do Roteiro de métricas de software do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISIP.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DTEL 1.1.1.1: A Concert esclarece que as estimativas apresentadas foram realizadas conforme metodologia proprietária baseada em experiência anterior de projetos similares, tais como: Sistema de Supervisão e Controle SCADA x OMNI, aplicado à gestão de tempo real de grandes sistemas de energia; Sistema Status Monitor e COMEX – Communication and Non-communication Exploitation, ambos desenvolvidos para SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia; entre outros. Ressalta que o projeto básico e executivo, parte integrante do edital do SITDR, não cita o Roteiro de métricas de software do Sistema da Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISIP como norma para elaboração de estimativas. Salienta ainda que a contratação do SITDR ocorreu na modalidade preço global, e o valor apresentado pela empresa está compatível com o valor definido pelo projeto executivo. Caso as métricas apresentadas pela empresa apresentem divergências na medição com relação à norma SISIP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação), norma esta não seguida pela Concert na elaboração de estimativa de ponto de função, os riscos são integralmente da Concert, visto o contrato ser de escopo e preço fechado.</p>
<p>Recomendação 1: Avaliar a oportunidade e a conveniência de desenvolver os recursos humanos da Área de Tecnologia da</p>			<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.1: Recomendação 1 Por meio do Memorando nº 58/2013/DINF, de 16/09/2013, foi</p>

<p>Informação da AEB para assegurar competências e habilidades necessárias para apoiar a gestão de contratos de software (desenvolvimento, manutenção ou aquisição) baseados em pontos de função.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>solicitada a inscrição do Chefe do Serviço de Desenvolvimento de Sistemas, Túlio Mendes Eiras, na turma do Curso de Capacitação em Análise de Pontos de Função: Medições e Estimativa de Software, oferecido pela empresa Fatto Consultoria e Sistemas, a realizar-se em Brasília-DF em novembro/2013.</p>
<p>Recomendação 2: Avaliar a oportunidade a conveniência de formalizar, explicitando o apoio da Alta Direção da AEB, fluxo de trabalho, integrante do Processo de Software dessa Entidade, prevendo para as contratações de software desenvolvimento, manutenção ou aquisição) o envolvimento da Área de Tecnologia da AEB para apoio nos aspectos técnicos envolvidos.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.1:Recomendação 2</p> <p>A orientação da AEB é de não mais realizar aquisições de soluções de TI para órgãos externos (instituições do SINDAE). A DPOA está elaborando Boletim Interno com esta recomendação.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 1.1.1.2</p> <p>Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de se estabelecer formalmente, no âmbito do processo de planejamento da contratação de solução de tecnologia da informação, procedimento que garanta a revisão das atividades executadas e dos artefatos entregues, promovendo a conformidade com o proposto na Instrução Normativa nº 04, de 12.11.2010, da LTI/MP</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF</p> <p>1.1.1.2:Recomendação 1</p> <p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 1.1.1.3</p> <p>Recomendação 1: Formalizar processo de contratação de soluções de tecnologia da informação na AEB aderente ao fluxo proposto pela Instrução Normativa nº 04, de 12.11.2010, da SLTI/MP.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF</p> <p>1.1.1.3:Recomendação 1</p> <p>A orientação da AEB é de não mais realizar aquisições de soluções de TI para órgãos externos (instituições do SINDAE). A DPOA está elaborando Boletim Interno com esta recomendação.</p>
<p>Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de incluir no processo de contratação de soluções de tecnologia da informação na AEB procedimento específico que, previamente ao início da contratação, de forma justificada, classifique a solução a ser contratada em solução de tecnologia da informação ou não</p>	<p>() Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF</p> <p>1.1.1.3:Recomendação 2</p> <p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 1.1.1.4</p> <p>Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de incluir no processo de contratação de soluções de tecnologia da</p>			<p>RESPOSTA: DINF</p> <p>1.1.1.4:Recomendação 1</p> <p>A orientação da AEB é de não mais realizar aquisições de soluções de TI para órgãos externos (instituições do SINDAE).</p>

<p>informação na AEB, sempre que o componente principal da solução relacionar-se à Segurança Nacional, análise pormenorizada dos demais componentes quanto ao enquadramento nas hipóteses previstas no Decreto nº 2.295, de 04.08.1997, para servir como um dos subsídios da decisão de parcelar ou não a contratação da solução.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>A DPOA está elaborando Boletim Interno com esta recomendação.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 1.1.1.5</p> <p>Ausência de indicadores objetivos para mensuração de níveis mínimos de qualidade para o serviço de desenvolvimento do Sistema Integrado de Tratamento de Dados de Rastreo – SITDR.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DTEL 1.1.1.5: A Concert esclarece que nos relatórios de acompanhamento do projeto e nas reuniões de medição são apresentados e acompanhados indicadores de atrasos na entrega dos produtos. A empresa entende também que, caso seja de interesse da AEB, outros indicadores poderão ser propostos e, de comum acordo, acrescidos ao projeto. Exemplos: eficiência na remoção de defeitos, taxa de mudanças de requisitos, entre outros. A Concert reconhece ainda que a inserção de indicadores, tais como os exemplificados, são favoráveis e oportunos à etapa atual do projeto, entendimentos estes com as quais a AEB também concorda.</p>
<p>Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de incluir no processo de contratação de soluções de tecnologia da informação na AEB, procedimento específico para garantir que nenhuma contratação por homem-hora (ou métrica similar, como UST) seja realizada sem prévia definição dos níveis mínimos de qualidade dos serviços e dos produtos a serem entregues por esse serviço.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.5: Recomendação 1</p> <p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de explicitar na Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software da AEB a preferência por contratações com base no resultado entregue, observando as diretrizes da SLTI/MP, e tratando modelos de contratação baseados e homem-hora ou postos de trabalho como exceções a serem devidamente justificadas, em termos técnico-econômicos, frente a alternativas como mensuração por ponto de função entregue.</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.5: Recomendação 2</p> <p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 1.1.1.6</p>			<p>RESPOSTA: DTEL 1.1.1.6, Recomendação 1:</p>

<p>Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de realizar, antes da codificação do software, a Análise da Interação Software-Hardware, conforme propõe o padrão ECSS-Q-ST-30-02C, atribuindo explicitamente a responsabilidade por acompanhar e fiscalizar a realização dessa atividade, solicitando as melhorias necessárias à contratada;</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de realizar, ainda durante o ciclo de desenvolvimento, pelo menos uma modelagem de ameaças do sistema e uma análise estática do seu código fonte voltadas para a identificação de vulnerabilidades que possam prejudicar de forma inaceitável ou impedir o SITDR de prover seus serviços, atribuindo explicitamente a responsabilidade por acompanhar e fiscalizar a realização dessas atividades, solicitando as melhorias necessárias à contratada;</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DTEL 1.1.1.6, Recomendação 2:</p> <p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>Recomendação 3: Avaliar a conveniência e a oportunidade de explicitar na Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software da AEB a necessidade por software que tenha níveis adequados de confiabilidade e segurança;</p>			<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.6:Recomendação 3</p> <p>O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.</p>
<p>Recomendação 4: Avaliar a conveniência e a oportunidade de prever, entre os processos do ciclo de vida de software da AEB, incluindo aqueles relativos à aquisição de software, processos de classificação dos sistemas de informação existentes ou a serem desenvolvidos em graus de criticidade para a Organização, processos de engenharia de 44 software compatíveis com os diferentes níveis de criticidade considerados, prevendo atividades específicas para prover os níveis de confiabilidade e segurança adequados em cada nível;</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.6:Recomendação 4</p> <p>O Portfólio de Projetos da AEB está em fase de desenvolvimento, segundo a Metodologia do SISP, com previsão de conclusão em 12/2014.</p>
<p>Recomendação 5: Avaliar a conveniência e a oportunidade de prover treinamento adequado aos recursos humanos da Área de Tecnologia da Informação da AEB em tópicos de confiabilidade e segurança de</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar</p>		<p>RESPOSTA: DINF 1.1.1.6:Recomendação 5</p> <p>O levantamento de necessidade de cursos para 2014 realizado pela CRH/DPOA contempla treinamento em Qualidade,</p>

software necessários ao desenvolvimento, à manutenção e à aquisição de software compatível com as necessidades da Organização.	() Discorda Justificar		Confiabilidade e Segurança de Software.
CONSTATAÇÃO 1.1.1.7 Recomendação 1: Atualizar o Contrato firmado com a Empresa Concert Technologies Ltda., cujo objeto é a construção do Sistema Integrado de Tratamento e Dados de Rastreo, para que não conste a previsão de pagamento de Diárias e Passagens, bem como providenciar o respectivo ajuste no valor contratual.	(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar		RESPOSTA: DTEL 1.1.1.7: Recomendação 1 Contrato atualizado conforme Termo Aditivo anexo, retirando as Cláusulas referentes a pagamento de diárias e passagens.
2 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2.1 Administração da Unidade 2.1.1 OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO CONSTATAÇÃO 2.1.1.1 Recomendação 1: Corrigir o modelo de minuta de edital, incluindo nesse o critério de reajuste conforme prescrito pelo art. artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.	(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar		RESPOSTA: CRL 2.1.1.1: Recomendação 1 Tal providencia já foi adotada no seio dos editais em curso, bem como absorvida como praxe aos vindouros.
2.1.3 AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS CONSTATAÇÃO 2.1.3.1 Recomendação 1: Instituir normativo que condicione a assinatura de convênio à presença, no respectivo processo físico, de ateste do responsável comprovando a adequação do detalhamento das despesas administrativas do convênio.	(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar		RESPOSTA: COF 2.1.3.1: Recomendação 1 Foi elaborada Ordem de Serviço nº 02 de 06 de janeiro de 2014 , que estabelece procedimentos para as transferências voluntárias com a finalidade de celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.
CONSTATAÇÃO 2.1.3.2 Recomendação 1: Instituir normativo que	(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda		RESPOSTA: COF 2.1.3.2: Recomendação 1

condicione a assinatura de convênio à presença, no respectivo processo físico, de ateste do responsável explicitando a reciprocidade dos interesses que deram causa ao ajuste.	Justificar		Idem
CONSTATAÇÃO 2.1.3.3 Recomendação 1: Instituir normativo que condicione a assinatura do convênio ao ateste do responsável confirmando a verificação da fidelidade entre o objeto do termo de convênio e o objeto constante no chamamento público.	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: COF 2.1.3.3: Recomendação 1 Idem
CONSTATAÇÃO 2.1.3.4 Recomendação 1: Caso a AEB opte por manter o formato atual dos convênios, que realize análise do risco presente nesta opção, explicita os motivos pelos quais esta possibilidade deve ser mantida e identifique os partícipes deste processo decisório.	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: DPEI 2.1.3.4: Recomendação 1 No entendimento da AEB, pelas justificativas já apresentadas anteriormente, manter o formato atual dos convênios, apesar dos riscos inerentes levantados, é ainda a melhor opção vislumbrada para alcançar mais rapidamente um dos principais objetivos estratégicos do Programa Espacial Brasileiro – PEB, que é a conquista pelo País da necessária autonomia de acesso ao espaço. Os veículos lançadores VLS-1 e VLM-1, assim como o motor propulsor líquido L75, objetos dos convênios celebrados com a FUNDEP, são altamente relevantes e estratégicos nesse processo, juntamente com a infraestrutura de centros de lançamento. É importante observar que, desde a sua instituição, no início dos anos 60, o Programa Espacial Brasileiro tem sofrido grandes atrasos, quando comparado com outros países como a China, Japão e Índia, que iniciaram seus programas praticamente à mesma época. No passado mais recente, o Brasil conseguiu obter importantes avanços no desenvolvimento de missões espaciais utilizando satélites, compreendendo dois satélites de coleta de dados, que continuam em operação passados vinte anos, três satélites de sensoriamento remoto desenvolvidos e lançados em parceria com a China, estando o quarto para ser lançado até o final do corrente ano, além de outros ainda em desenvolvimento, como o satélite de sensoriamento remoto Amazônia-1, este utilizando a Plataforma Multimissão (PMM), que está em fase final de desenvolvimento pela indústria nacional. No tocante ao acesso ao espaço, no qual os veículos lançadores são fundamentais, apesar de ter realizado três tentativas de

			<p>lançamento, o Brasil não logrou ainda pleno êxito, e este segmento apresenta atrasos maiores, se comparado com a área de satélites. A necessidade de buscar maiores avanços no segmento de veículos lançadores nacionais é questão de alta relevância estratégica, de modo a evitar não só que satélites nacionais apoiados pelo PNAE tenham de ser lançados por veículos estrangeiros, mas também principalmente alcançar o objetivo maior buscado com a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), estabelecida em 1979. A relevância de veículos lançadores nacionais se faz presente também no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), em fase de formulação final pelo Ministério de Defesa, que prevê a necessidade de um conjunto de satélites para atender às necessidades de defesa do espaço aéreo, marítimo e territorial, e que necessitarão de veículos lançadores para os seus lançamentos.</p> <p>Todos esses aspectos de caráter geopolítico e estratégico levaram os membros Diretores e o Presidente da AEB a decidirem pela manutenção do formato atual dos convênios como forma de superar as dificuldades administrativas que por anos impediram a adequada evolução dos três projetos. A decisão foi tomada sem contudo perder de vista os cuidados para minimizar os riscos que poderão advir com a sua execução. Para esse efeito, a AEB, além de aditar os atuais convênios colocando o MCTI e o MD como órgãos intervenientes, assume também o compromisso de apresentar, em um prazo máximo de 60 dias, um Plano de Gerenciamento de Risco, que deverá seguir as orientações, diretrizes e etapas de trabalho apresentadas a seguir.</p> <p>A prática da gestão das atividades espaciais no Brasil sempre buscou se aproximar das melhores práticas adotadas pelas grandes agências espaciais. Por razões históricas e culturais os modelos usualmente adotados como inspiração são o da agência espacial norte-americana (NASA) e da agência espacial europeia (ESA). Mais recentemente, o modelo europeu tem recebido a preferência, por ter características mais universais e por apresentar uma documentação melhor organizada.</p> <p>Nesse contexto, a norma que a AEB considera a mais adequada para servir de modelo para o Plano de Gerenciamento de Risco associados aos convênios em questão é a <i>Space project management – Risk management</i> (ECSS-M-ST-80C, 31 July 2008, ECSS Secretariat, ESA-ESTEC, Noordwijk, The Netherlands).</p> <p>A essência da gestão de risco está ligada a um ciclo inspirado no dos sistemas da qualidade, universalmente conhecido como PDCA (ciclo de Deming), que preconiza as ações de</p>
--	--	--	---

			<p>Planejamento (Plan), Execução (Do), Controle (Check) e Correção (Act). Neste caso, os passos principais são os de: (1) Definição dos requisitos para o gerenciamento de riscos; (2) Identificação e avaliação dos riscos; (3) Ações de mitigação, e; (4) Monitoramento e comunicação.</p> <p>A formulação requerida neste caso deverá contemplar a elaboração de um conjunto mínimo de documentos, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Da política de gestão de risco</i> b) <i>Do plano de gestão de risco</i> c) <i>Do relatório de identificação dos riscos e das respectivas ações mitigatórias</i> <p>O primeiro e segundo são documentos permanentes, que estabelecem as regras a serem seguidas. O terceiro é um documento dinâmico, que deve ser constantemente atualizado na medida em que novos riscos são identificados, outros eliminados, têm status alterado, e ações mitigatórias determinadas e implementadas.</p> <p>Já adiantando o conteúdo do documento (c), a AEB procedeu a uma análise preliminar das questões que cercam a execução dos convênios, e listou alguns dos riscos mais relevantes, extraídos do Ofício no. 170 PRE/AEB de 23 de julho de 2013, reapresentados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de superfaturamento nas compras realizadas pela FUNDEP em decorrência destas compras se sujeitarem apenas as cotações prévias, já que não há a obrigatoriedade de aplicação plena da legislação que trata o tema das licitações. • Possibilidade de a FUNDEP encerrar o convênio antes da conclusão do objeto, em decorrência de não ter sido demonstrado que a fundação tem interesse recíproco no objeto. • Possibilidade de descumprimento do cronograma físico planejado para a consecução do objeto, em decorrência de inadequação do corpo técnico da AEB e falta de responsabilidade formal no convênio para que esta tarefa seja atribuída ao DCTA. • Possibilidade de a FUNDEP se apropriar da taxa administrativa e não concluir o objeto.
--	--	--	---

			<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de o objeto ser concluído, mas não cumprir os requisitos técnicos em decorrência de inadequação do corpo técnico da AEB e falta de responsabilidade formal no convênio para que esta tarefa seja atribuída ao DCTA. • Possibilidade de realização de compras para atender a propósitos diversos aos dos objetivos do convênio, em decorrência de inadequação do corpo técnico da AEB para fazer o acompanhamento tempestivo da execução dos processos de compras do convênio. <p>A simples análise dos riscos identificados aponta para um conjunto que envolve tanto aspectos programáticos (prazos, custos e aspectos legais e administrativos), quanto técnicos (escopo do trabalho e nível de qualidade). A documentação a ser gerada precisará estabelecer uma conexão mais explícita entre os planos de trabalho e a tipificação dos riscos, e esta conexão será a base para o acompanhamento e as ações mitigatórias.</p> <p>Em linhas gerais esta é a proposta da AEB para a gestão dos riscos associados à execução dos convênios junto à Fundep. Nossa abordagem vai além da análise dos riscos identificados, mas buscará estabelecer um modelo que possa ser replicado em outras ocasiões e projetos. O desafio de superar a carência de pessoal na AEB para ampliar seu envolvimento no acompanhamento dos convênios permanece, mas também é reconhecida a propriedade das constatações da CGU, e da necessidade urgente de endereçar as questões levantadas.</p> <p>Adicionalmente, a questão da gestão de riscos na AEB foi tema de discussão com o TCU, que solicitou que esta Agência implante uma política voltada para a gestão de riscos em suas várias áreas de atividade. Dessa forma, entendemos que o atendimento às recomendações da CGU será, com um escopo ainda restrito, o início da implantação na AEB do que foi solicitado também pelo TCU.</p> <p>A última parte da questão já foi respondida anteriormente, e segue transcrita a seguir (Ofício no. 170 PRE/AEB de 23 de julho de 2013).</p> <p style="text-align: right;"><i>Identificação dos partícipes na análise de risco – Presidente; Diretor de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretor de</i></p>
--	--	--	---

			<i>Transporte Espacial e Licenciamento; Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração.</i>
2.1.4 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS CONSTATAÇÃO 2.1.4.1 Recomendação 1: Elaborar, aprovar e publicar política de segurança da informação, considerando as especificidades da AEB, englobando o conteúdo mínimo previsto pela Norma Complementar nº 3, de 30.06.2009, do DSIC/GSIPR.	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: CRL 2.1.4.1: Recomendação 1 Para fins de suprir a inexistência de Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da AEB, criou-se o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações por meio da Portaria nº 36 AEB, de 06 de maio de 2013, discriminada no Boletim Interno nº 05 de maio de 2013. Foi elaborada e publicada Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, mediante Portaria nº 137, de 30 de dezembro de 2013, constante do Boletim Interno 12/2013.
Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de prover treinamento adequado em gestão de segurança da informação - englobando aspectos como as ABNT ISO/IEC 27001 e 27002, bem como as Normas Complementares do DSIC/GSI – aos servidores da AEB diretamente envolvidos com a tomada de decisão (gestor de segurança, membros do comitê de segurança da informação e da equipe de tratamento e resposta a incidentes).	<input type="checkbox"/> Concorda Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: CRL 2.1.4.1: Recomendação 2 Foi solicitado e aprovado pela AEB curso de Gestão da Segurança da Informação com ilustração de casos práticos de implementação de requisitos das normas de Segurança ISO/IEC 27001 e 27002, conforme disposto nos Memorandos nºs 46/DINF/2013 e 23/CRL/2013, ocorre que as empresas ministradoras do curso em tela informaram que não foi possível atingir o <i>quórum</i> necessário e consequente confirmação do curso.
CONSTATAÇÃO 2.1.4.2 Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar controles internos que garantam a elaboração de um Plano Estratégico Institucional que a partir de seus ambientes interno e externo apresente os objetivos, as metas e os indicadores estratégicos da Agência.	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: DPEI 2.1.4.2: Recomendação 1 A implantação do processo de planejamento estratégico institucional clássico deve seguir o roteiro apresentado na tabela abaixo:

			<table border="1" data-bbox="1335 150 2040 491"> <tr> <td>Etapa 1</td> <td>Sensibilização e Preparação</td> </tr> <tr> <td>Etapa 2</td> <td>Análise dos Ambientes Interno e Externo</td> </tr> <tr> <td>Etapa 3</td> <td>Estabelecimento de Diretriz Organizacional (Missão, Objetivos Organizacionais, Visão, Valores)</td> </tr> <tr> <td>Etapa 4</td> <td>Formulação de Estratégia Organizacional</td> </tr> <tr> <td>Etapa 5</td> <td>Implementação da Estratégia Organizacional</td> </tr> <tr> <td>Etapa 6</td> <td>Controle Estratégico</td> </tr> </table> <p data-bbox="1335 544 2040 807">A cada uma dessas etapas serão associadas Matrizes de Coordenação, nas quais serão definidas as atividades e resultados esperados e as responsabilidades, servindo como controles internos para garantir não só a elaboração do Plano Estratégico Institucional, mas também a sua implementação. A fase inicial de gestão da implantação deste processo de administração estratégica deverá ser assumida pela Diretoria colegiada da AEB, apoiada por grupo de trabalho de caráter multidepartamental por ser designado.</p> <p data-bbox="1335 826 2040 1177">Como comprometido com o TCU, firmado no Ofício nº 227/PRE/12, de 04/12/2012 enviado àquela egrégia corte, o início da implantação do processo de planejamento estratégico se fará em um horizonte de 2 anos, a partir da data do referido ofício. Tal fato se justifica tendo em vista a perspectiva de ser autorizada pelo Ministério do Planejamento a realização de concurso no primeiro semestre de 2014, quando se espera ser preenchida parte das vagas já autorizadas em Lei. O início da implantação do processo de planejamento estratégico da AEB, sem a garantia de um quadro mínimo de pessoal, corre o risco de enfrentar solução de continuidade, por possível falta de sustentabilidade na implementação e continuidade das ações.</p> <p data-bbox="1335 1197 2040 1283">Isto posto, espera-se cumprir até o final de 2014 a Etapa 4 dos passos de implementação do Planejamento Estratégico Institucional da AEB.</p>	Etapa 1	Sensibilização e Preparação	Etapa 2	Análise dos Ambientes Interno e Externo	Etapa 3	Estabelecimento de Diretriz Organizacional (Missão, Objetivos Organizacionais, Visão, Valores)	Etapa 4	Formulação de Estratégia Organizacional	Etapa 5	Implementação da Estratégia Organizacional	Etapa 6	Controle Estratégico
Etapa 1	Sensibilização e Preparação														
Etapa 2	Análise dos Ambientes Interno e Externo														
Etapa 3	Estabelecimento de Diretriz Organizacional (Missão, Objetivos Organizacionais, Visão, Valores)														
Etapa 4	Formulação de Estratégia Organizacional														
Etapa 5	Implementação da Estratégia Organizacional														
Etapa 6	Controle Estratégico														
<p>Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de atribuir formalmente a responsabilidade pela gestão estratégica da AEB a servidor ou a grupo de servidores, preferencialmente pertencentes à Alta</p>			<p>RESPOSTA: DPEI 2.1.4.2: Recomendação 2</p> <p>Idem da Recomendação 1.</p>												

Direção da AEB.			
CONSTATAÇÃO 2.1.4.3 Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de utilizar o relacionamento entre objetivos genéricos de negócio e os objetivos genéricos de tecnologia da informação propostos no COBIT 5 para derivar objetivos estratégicos de tecnologia da informação específicos da AEB alinhados com seus objetivos estratégicos organizacionais	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: DINF 2.1.4.3: Recomendação 1 O levantamento de necessidades de cursos para 2014 realizado pela CRH/DPOA contempla treinamento em frameworks de governança de TI (COBIT e ITIL).
Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de incorporar em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente item relativo ao referencial estratégico proposto no Modelo de PDTI 2011-2012 do SISP.			RESPOSTA: DINF 2.1.4.3: Recomendação 2 O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.
CONSTATAÇÃO 2.1.4.4 Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar processo de elaboração do PDTI da AEB, incluindo entre suas atividades a identificação de estratégias da organização presentes no Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual, Plano Estratégico Institucional e Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e outros instrumentos de planejamento pertinentes.	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda Justificar		RESPOSTA: DINF 2.1.4.4: Recomendação 1 O PDTI 2014-2015 contém a resposta e será publicado na primeira quinzena de abril/2014.
Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de elaborar plano de capacitação, composto não só da descrição dos treinamentos, como também de elementos como responsabilidade, cronograma e custos estimados para cada um deles, para os recursos humanos necessários à consecução das ações de tecnologia da informação previstas no PDTI vigente da AEB.			RESPOSTA: DINF 2.1.4.4: Recomendação 2 O Sistema de Gerenciamento de Cursos e Treinamentos foi desenvolvido pela DINF e o Plano de Capacitação em TI foi realizado junto à CRH/DPOA.
CONSTATAÇÃO 2.1.4.5 Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de prover treinamento em gerenciamento de projetos, observando as	<input checked="" type="checkbox"/> Concorda <input type="checkbox"/> Concorda Parcialmente Justificar <input type="checkbox"/> Discorda		RESPOSTA: DINF 2.1.4.5: Recomendação 1 Foi solicitada inscrição do servidor Romualdo Alves Pereira Júnior no Curso de Gerenciamento de Projetos da ENAP, a ser realizado no período de 12 a 16/05/2014.

boas práticas propostas no PMBoK 5ª ed, para a equipe responsável pela identificação e organização das ações de tecnologia da informação inclusas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da AEB	Justifica		
Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de atribuir responsabilidade a servidor ou grupo de servidores independente da equipe de planejamento do PDTI para revisar se a minuta de PDTI elaborado está aderente ao modelo de PDTI mais recente emitido pelo SISP.			RESPOSTA: DINF 2.1.4.5: Recomendação 2 O PDTI é elaborado pelo CTI-AEB e será submetido ao SLTI do Ministério do Planejamento para revisão.
CONSTATAÇÃO 2.1.4.6 Recomendação 1: Avaliar a conveniência e a oportunidade de estabelecer metas e indicadores para os objetivos estratégicos institucionais formulados pela AEB.			RESPOSTA: DINF 2.1.4.6: Recomendação 1 Foi solicitada inscrição do servidor Romualdo Alves Pereira Júnior no Curso de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional da ENAP, a ser realizado no período de 11 a 15/08/2014. As inscrições na Turma 03 estarão abertas a partir de 13/04/2014.
Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de revisar as ações propostas no PDTI da AEB, priorizando aquelas que apresentem maior contribuição para o alcance das metas e dos indicadores estratégicos estabelecidos.	(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar		RESPOSTA: DINF 2.1.4.6: Recomendação 2 O Portfólio de Projetos da AEB está em fase de desenvolvimento, segundo a Metodologia do SISP, com previsão de conclusão em 12/2014.
Recomendação 3: Avaliar a conveniência e a oportunidade de se formalizar, previamente à aprovação do PDTI da AEB, revisão dessa Minuta considerando, como critério de aprovação das ações propostas, a contribuição dos projetos propostos para alcance das metas estabelecidas, medidas a partir dos indicadores estratégicos propostos.			RESPOSTA: DINF 2.1.4.6: Recomendação 3 O Portfólio de Projetos da AEB está em fase de desenvolvimento, segundo a Metodologia do SISP, com previsão de conclusão em 12/2014.
CONSTATAÇÃO 2.1.4.7 Recomendação 1: Formalizar Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software da AEB estabelecendo para o conjunto de processos pertinentes ao ciclo de vida de software da organização princípios, direcionamentos e expectativas da Alta Direção da AEB.	(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar		RESPOSTA: DINF 2.1.4.7: Recomendação 1 A Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software da AEB segue o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI da SLTI/MP. A orientação da AEB é de não mais realizar aquisições de soluções de TI para órgãos externos (instituições do SINDAE). A DPOA está elaborando Boletim Interno com esta

<p>Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar junto a Alta Direção da AEB, a partir dos princípios, direcionamentos e expectativas presentes na Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software da AEB, o planejamento dos processos previstos no ciclo de vida do software da Organização, prevendo: descrição dos processos; padrões e requisitos para os produtos de trabalho (artefatos) e os resultados a serem entregues pelo processo; objetivos específicos do processo em termos de qualidade, tempo, recursos entre outros; dependências entre atividades, produtos de trabalho e resultados dos diferentes processos do ciclo de vida de software da AEB; recursos necessários para a execução do processo; atribuição de responsabilidade pelas suas atividades; necessidade de treinamento para a realização dos processos; produtos de trabalho a serem controlados, inclusos na linha base do software produzido; requisitos das medições a serem realizadas sobre o processo, seus produtos de trabalho e resultados; descrição da participação das partes interessadas durante a realização do processo; atividades de monitoramento e controle do processo; objetivos da avaliação de atividades do processo; revisão gerencial do processo e de seus produtos.</p>		<p>30.06.2014</p>	<p>recomendação.</p> <p>RESPOSTA: DINF 2.1.4.7: Recomendação 2</p> <p>A Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software da AEB segue o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI da SLTI/MP.</p> <p>A orientação da AEB é de não mais realizar aquisições de soluções de TI para órgãos externos (instituições do SINDAE). A DPOA está elaborando Boletim Interno com esta recomendação.</p>
<p>3.2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS</p> <p>CONSTATAÇÃO 3.2.3.1</p> <p>Recomendação 1: Instituir normativo que dote a fase de liquidação da despesa de procedimento para verificação da presença das características iniciais da proposta da contratada, em especial quanto aos valores retidos para fins de pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS.</p>			<p>RESPOSTA: COF 3.2.3.1: Recomendação 1</p> <p>Foi elaborada Ordem de Serviço nº 01, de 06 de janeiro de 2014, que estabelece procedimentos para que os pagamentos efetuados a terceiros estejam compatíveis com a proposta contratada.</p>

<p>Recomendação 2: Promover gestões necessárias junto à Prefeitura Municipal de Alcântara/MA, a fim de esclarecer a alíquota praticada pelo Município no recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS, e posteriormente:</p>			<p>RESPOSTA: COF 3.2.3.1: Recomendação 1</p> <p style="text-align: center;">Idem</p>
<p>a)verifique a compatibilidade com a alíquota prevista na composição do BDI de todos os contratos firmados cujas execuções sejam passíveis de incidência da alíquota determinada pelo Município de Alcântara/MA;</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: COF 3.2.3.1: Recomendação 2, item a:</p> <p style="text-align: center;">Idem</p>
<p>b) no caso de divergências adote as medidas necessárias para o ressarcimento ou retenção nos futuros valores a serem pagos devido às divergências nas alíquotas do ISS;</p>			<p>RESPOSTA: DTEL 3.2.3.1, recomendação 2, item b:</p> <p>O valor total do Contrato foi reduzido, face à nova planilha de BDI, conforme Termo Aditivo anexo.</p>
<p>c) adote as medidas necessárias à apresentação, por parte da empresa contratada, de nova planilha de composição do BDI, informando o valor exato da alíquota do ISS.</p>			<p>RESPOSTA: DTEL 3.2.3.1, Recomendação 2, item c: Conforme solicitado segue a nova planilha de BDI (anexo) com os ajustes do ISS por alíquota detalhada.</p>
<p>Recomendação 3: Com fito certificar que a composição do BDI, que integra a orçamentação do objeto almejado, esteja de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais, institua normativo que regulamente durante a fase interna dos processos de licitação e de contratação direta a verificação da compatibilidade das respectivas alíquotas dos impostos aplicáveis.</p>			<p>RESPOSTA: COF 3.2.3.1:: Recomendação 3</p> <p>Foi elaborada Ordem de Serviço nº 01, de 06 de janeiro de 2014, que estabelece procedimentos para que os pagamentos efetuados a terceiros estejam compatíveis com a proposta contratada.</p>
<p>4 CONTROLES DA GESTÃO 4.1 CONTROLES INTERNOS 4.1.1 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA 4.1.1.1 INFORMAÇÃO CONSTATAÇÃO 4.1.1.2</p> <p>A vinculação da unidade Auditoria Interna da AEB não está compatível com o disposto no art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.</p>			<p>RESPOSTA: AIN 4.1.1.2:</p> <p>Apesar de constar do Ofício nº 170 PRE/AEB de 23/07/2013, que: “A AEB irá providenciar alteração na Estrutura Organizacional, fazendo com que a vinculação da Auditoria Interna – AIN seja alterada, passando da Presidência da Agência para o Conselho Superior, em cumprimento à recomendação da CGU.”, concordamos em parte, eis que esta AEB não dispõe de Conselho de Administração, vinculação ideal à luz da legislação. Apesar de a Controladoria concluir que o Conselho Superior da AEB apresenta equivalência de atribuições com o Conselho Superior da CAPES entendemos, s.m.j., que o nosso Conselho</p>

<p>CONSTATAÇÃO 4.1.1.3</p> <p>Comprometimento da independência da Auditoria Interna da AEB</p>			<p>Superior é um órgão "normativo", não cabendo a vinculação a ele, até porque para que se efetive o vínculo, há que se alterar o Regimento Interno da Casa, bem como sua Estrutura Organizacional.</p> <p>Ademais, a dependência de resoluções do Conselho Superior, com vistas a pequenos questionamentos sanáveis administrativamente, exigiria convocação de reunião praticamente exclusiva para o assunto, sem considerar a quantidade de membros representantes de tantos Ministérios e Órgãos ligados à área aeroespacial.</p> <p>Acreditamos, por fim que, a permanecer a vinculação da Auditoria à Presidência da AEB, todas as tarefas a ela afetas e as buscas de soluções teriam finalizações mais ágeis.</p> <p>RESPOSTA: AIN 4.1.1.3: Com relação ao comprometimento da independência da Auditoria Interna da AEB, pela participação dos auditores internos detectada em processos de gestão, informamos que o assunto já fora objeto de discussão, conforme entendimentos entre a Presidência, esta Auditoria e a Procuradoria Federal junto à AEB, cuja participação em análise processual prévia não mais vem ocorrendo, desde o início do mês de setembro.</p>
<p>Recomendação 1: Instituir normativo interno a que:</p> <p>a) autorize à Auditoria Interna o acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias;</p>			<p>RESPOSTA: AIN 4.1.1.3: Recomendação 1</p> <p>Foi elaborada Ordem de Serviço nº 02, de 24 de dezembro de 2013, que regulamenta a atuação da Auditoria Interna no âmbito da Agência Espacial Brasileira – AEB</p>
<p>b) estabeleça que os departamentos da organização devam apresentar tempestiva e obrigatoriamente, informações solicitadas pela Auditoria Interna;</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>Idem</p>
<p>c) permita que a Auditoria Interna possa obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;</p>			<p>Idem</p>
<p>d) vede a participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão.</p>			<p>Idem</p>

<p>4.1.2 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS</p>	<p>(x) Concorda () Concorda Parcialmente Justificar () Discorda Justificar</p>		<p>RESPOSTA: COF 4.1.2.1: Recomendação 1</p> <p>Foi elaborada Portaria nº 02, de 6 de janeiro de 2014, que cria e designa os membros da Comissão de Elaboração e Revisão do Relatório de Gestão da AEB, apresentado anualmente ao Tribunal de Contas da União – TCU.</p>
--	--	--	--